

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-12-2022.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e quarenta e seis minutos, foi realizada chamada para a décima sexta sessão extraordinária, com ingresso imediato na ORDEM DO DIA, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/22 (Processo nº 0867/22), de autoria do Executivo Municipal; e o Projeto de Lei do legislativo nº 207/22 (Processo nº 0381/22), de autoria de Kaká D`Ávila. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 349/22 (Processo nº 0697/22) por trinta e três votos SIM, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, discutido por Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Bruna Rodrigues, Karen Santos, Pedro Ruas, Mari Pimentel, Daiana Santos, Matheus Gomes e João Bosco Vaz, e encaminhado à votação por Airto Ferronato. Na oportunidade, Pedro Ruas solicitou um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Gilson Dipp. Em votação simbólica, foi aprovado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 52 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 478, todas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, todos solicitando votação em destaque para matérias acessórias à mesma proposição: de autoria de Aldacir Oliboni, com referência às Emendas nºs 43 e 107; de autoria de Alvoni Medina, com referência à Emenda nº 603; de autoria de Bruna Rodrigues, com referência às Emendas nºs 554 e 555; de autoria de Cláudia Araújo, com referência às Emendas nºs 42 e 553; de autoria de Daiana Santos, com referência às Emendas nºs 319, 320, 321 e 322; de autoria de

Jonas Reis, com referência às Emendas nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264; de autoria de Karen Santos, com referência às Emendas nºs 581, 582, 583, 585 e 586; e de autoria de Matheus Gomes, com referência às Emendas nºs 601 e 602. Foi rejeitada a Emenda nº 42 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, pela oposição, e Bruna Rodrigues, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Rua e Roberto Robaina e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 43 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Karen Santos e Bruna Rodrigues, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, por treze votos SIM e dezenove votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 107 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, por doze votos SIM, dezoito votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado Requerimento verbal solicitado por Idenir Cecchim, presidindo, solicitando a formação de bloco das seguintes Emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22 para votação em conjunto: nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264. Foi rejeitado o bloco de Emendas de nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, presidindo, por doze votos SIM e vinte votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes

Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foram registradas as intenções de Fernanda Barth em ter votado contrariamente à Emenda nº 107, e de Comandante Nádia em ter votado contrariamente à Emenda nº 42, apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22. Foi rejeitada a Emenda nº 319 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, presidindo, por treze votos SIM e dezenove votos NÃO, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina e tendo votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 320 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, presidindo, por quatorze votos SIM e vinte votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina e votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 321 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, presidindo, por quinze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ter sido encaminhada à votação por Leonel Radde, Bruna Rodrigues, Aírto Ferronato, Daiana Santos, Karen Santos e Comandante Nádia, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 322 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Idenir Cecchim, presidindo, por quatorze votos SIM e vinte votos NÃO, após ter sido encaminhada à votação por Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos e Alexandre Bobadra, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato,

Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda nº 553 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Giovane Byl, presidindo, por quatorze votos SIM e dezesseis votos NÃO, após ter sido encaminhada à votação por Bruna Rodrigues, Matheus Gomes, Cláudia Araújo, Mari Pimentel, Karen Santos e Daiana Santos, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Foi rejeitada a Emenda 554 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, em votação nominal determinada por Giovane Byl, presidindo, por treze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ter sido encaminhada à votação por Bruna Rodrigues, Matheus Gomes, Cláudia Araújo, Karen Santos, Cláudia Araújo, Daiana Santos e Comandante Nádia, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e tendo votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi apreciada a Emenda nº 555 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 030/22, destacada, encaminhada à votação por Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer e Cezar Augusto Schirmer, pelo governo. Às treze horas e cinquenta e dois minutos, esgotado o prazo regimental da presente Sessão extraordinária, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a décima sétima sessão extraordinária, a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Giovane Byl. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 09h46min: Bom dia a todos. Solicito a verificação de quórum, para entrarmos direto na Ordem do Dia.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0697/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 349/22, de autoria da Verª Mônica Leal, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao economista e mestre em filosofia senhor Mohamed Fayeque Parrini Mutlaq. (SEI 038.00042/2022-37)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 349/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0764/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 030/22, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2023. (SEI 118.00467/2022-47)

Parecer:

- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto e das seguintes Emendas e Subemendas: nº 05 e Subemendas nºs 01, 02, 03 e 04 à Emenda nº 05; nº 06, Subemenda nº 01 à Emenda nº 06; nº 09 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 09; nº 10 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 10; nº 12; nº 14 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 14; nº 16 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 16; nº 17; nº 18 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 18; nº 19; nº 20; nº 22; nº 23; nº 24 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 24; nº 25; nº 26; nº 27 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 27; nº 28; nº 29; nº 30; nº 31; nº 32; nº 33 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 33; nº 34; nº 35 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 35; nº 36; nº 37 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 37; nº 38 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 38; nº 39; nº 40; nº 42; nº 44; nº 45 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 45; nº 46; nº 47; nº 48; nº 49; nº 50; nº 51; nº 52 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 52; nº 53; nº 54 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 54; nº 55; nº 56 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 56; nº 57; nº 58; nº 59 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 59; nº 60; nº 61; nº 62; nº 63; nº 64; nº 65 e Subemenda nº 01 à emenda nº 65; nº 66; nº 67; nº 68 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 68; nº 70; nº 71; nº 72; nº 73; nº 74; nº 75; nº 77; nº 78; nº 79; nº 80 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 80; nº 81; nº 82; nº 83; nº 84; nº 85; nº 87; nº 88; nº 89; nº 90; nº 91; nº 92; nº 93; nº 94; nº 95; nº 96; nº 97; nº 98; nº 99; nº 100; nº 101; nº 102; nº 103; nº 104; nº 105 e

Subemenda n° 02 à Emenda n° 105; n° 106 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 106; n° 108; n° 109 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 109; n° 110; Subemenda n° 01 à Emenda n° 110; n° 111 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 111; n° 112 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 112; n° 113 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 113; n° 114 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 114; n° 115 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 115; n° 116; n° 117 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 117; n° 118, Subemenda n° 01 à Emenda n° 118, n° 119, Subemenda n° 01 à Emenda n° 119; n° 120 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 120; n° 121; n° 122 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 122; n° 123 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 123; n° 124 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 124; n° 125 e Subemendas n°s 01 e 02 à Emenda n° 125; n° 126 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 126; n° 127; n° 128 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 128; n° 129 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 129; n° 130 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 130; n° 131 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 131; n° 132 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 132; n° 133; n° 134 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 134; n° 135 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 135; n° 136 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 136; n° 137 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 137; n° 138 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 138; n° 139 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 139; n° 140 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 140; n° 141; n° 142 e Subemenda n° 01 à Emenda 142; n° 143; n° 144; n° 145 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 145; n° 146; n° 147 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 147; n° 148; n° 149; n° 150; n° 151 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 151; n° 152; n° 153, n° 154; n° 155; n° 156 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 156; n° 157 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 157; n° 158; n° 159; n° 160; n° 161; n° 162; n° 163; n° 164; n° 165; n° 166; n° 167 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 167; n° 168; n° 169; n° 170; n° 171; n° 172; n° 173; n° 174; n° 175; n° 176 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 176; n° 177; n° 178; n° 179; n° 180; n° 181; n° 182; n° 183 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 183; n° 184; n° 185; n° 186; n° 187 e Subemenda n° 01 à Emenda 187; n° 188 e Subemendas n°s 01 e 02 à Emenda n° 188; n° 189 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 189; n° 190 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 190; n° 191 e Subemenda n° 01 à Emenda 191; n° 192 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 192; n° 193 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 193; n° 194 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 194; n° 195 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 195; n° 196 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 196; n° 197 e Subemenda n° 01 à Emenda 197; n° 198 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 198; n° 199 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 199; n° 200 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 200; n° 201; n° 203; n° 204; n° 205 e Subemenda n° 01 à Emenda n° 205; n° 206; n° 207; n° 208; n° 209; n° 210; n° 211; n° 212; n° 213; n° 214; n° 215; n° 216; n° 217; n° 218; n° 219; n° 220; n° 221; n° 222; n° 223; n° 224; n° 225; n° 226; n° 227; n° 228; n° 229; n° 230; n° 231; n° 232; n° 233; n° 234; n° 235; n° 236; n° 237; n° 238; n° 239; n° 240; n° 241; n° 242; n° 243; n° 244; n° 245; n° 246; n° 247; n° 248; n° 249; n° 250; n° 251; n° 252; n° 253; n° 254; n° 255; n° 256; n° 257; n° 265; n° 266; n° 267; n° 268; n° 269; n° 270; n° 271; n° 272; n° 273; n° 274; n° 275; n° 276; n° 277; n° 278; n° 279; n° 280; n° 281; n° 282; n° 283; n° 284; n° 285; n° 286; n° 287; n° 288; n° 289; n° 290; n° 291; n° 292; n° 293; n° 294; n° 295; n° 296; n° 297; n° 298; n° 299; n° 300; n° 301; n° 302; n° 303; n° 304; n° 305; n° 306; n° 307; n° 308; n° 309; n° 310; n° 311; n° 312; n° 313; n° 314; n° 315; n° 316; n° 317; n° 318; n° 323; n° 324; n° 325; n° 326; n° 327; n° 328; n° 329; n° 330; n° 331; n° 332; n°

333; nº 334; nº 335; nº 336; nº 337; nº 338; nº 341; nº 352; nº 359; nº 360; nº 361; nº 362; nº 363; nº 364; nº 365; nº 366; nº 367; nº 368; nº 369; nº 370; nº 371; nº 372; nº 373; nº 374; nº 375; nº 376; nº 377; nº 378; nº 379; nº 380; nº 381; nº 382; nº 383; nº 384; nº 385; nº 386; nº 387; nº 388; nº 389; nº 390; nº 391; nº 392; nº 393; nº 394; nº 395; nº 396; nº 397; nº 398 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 398; nº 399; nº 400; nº 401; nº 402; nº 403; nº 404; nº 405; nº 406; nº 407; nº 408; nº 409; nº 410; nº 411; nº 412; nº 413; nº 414; nº 415; nº 416; nº 417; nº 418; nº 419; nº 420 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 420; nº 421; nº 422; nº 423; nº 424; nº 425; nº 426; nº 427; nº 428; nº 429; nº 430; nº 431; nº 432; nº 433; nº 434; nº 435; nº 436; nº 437; nº 438; nº 439; nº 440 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 440; nº 441 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 441; nº 442 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 442; nº 443; nº 444; nº 445; nº 446; nº 447; nº 448; nº 449; nº 450; nº 451; nº 452; nº 453; nº 454; nº 455; nº 456; nº 457; nº 458; nº 459; nº 460; nº 461; nº 462; nº 463 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 463; nº 464; nº 465; nº 466; nº 467; nº 468; nº 469; nº 470; nº 471; nº 472; nº 473; nº 474; nº 475; nº 476; nº 477; nº 478 e Subemenda nº 02 à Emenda nº 478; nº 479; nº 480; nº 481; nº 482; nº 483; nº 484; nº 485; nº 486; nº 487; nº 488; nº 489; nº 490 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 490; nº 491; nº 492; nº 493; nº 494; nº 495; nº 496; nº 497; nº 498; nº 499; nº 500; nº 501; nº 502; nº 503; nº 504; nº 505; nº 506; nº 507; nº 508; nº 509; nº 510; nº 511; nº 512; nº 513; nº 515; nº 516; nº 517; nº 518; nº 519; nº 520; nº 521; nº 522; nº 523; nº 524; nº 525; nº 526; nº 527; nº 528; nº 529; nº 530; nº 531; nº 532; nº 533; nº 534; nº 535; nº 536; nº 537; nº 538; nº 539; nº 540; nº 541; nº 542; nº 543; nº 544; nº 545; nº 546; nº 547; nº 548; nº 549; nº 550; nº 551; nº 552; nº 553; nº 556; nº 557; nº 558; nº 559; nº 560; nº 561; nº 562; nº 563; nº 564; nº 565; nº 566; nº 567; nº 568; nº 569; nº 570; nº 571; nº 572; nº 573; nº 574; nº 575; nº 587; nº 588; nº 589; nº 590; nº 591; nº 592; nº 593; nº 594; nº 595 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 595; nº 596; nº 597; nº 598; nº 599 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 599; nº 600; nº 604; nº 605; nº 606; nº 607; nº 608; nº 609; nº 610; nº 611 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 611; nº 612 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 612; nº 613; nº 614; nº 615; nº 616; nº 617; nº 618; nº 619; nº 620; nº 621; nº 622; nº 623 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 623; nº 624; nº 625 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 625; nº 626; nº 627; nº 628; nº 629; nº 630; nº 631; nº 632; nº 633; nº 634; nº 635; nº 636; e nº 637. Também pela aprovação das subemendas de relator visando ajustes técnicos, apresentadas no documento SEI 0474104 ao processo, Subemenda nº 01 à Emenda nº 17, Subemenda nº 02 à Emenda nº 18, Subemenda nº 01 à Emenda nº 19, Subemenda nº 01 à Emenda nº 34, Subemenda nº 01 à Emenda nº 49, Subemenda nº 01 à Emenda nº 50, Subemenda nº 01 à Emenda nº 51, Subemenda nº 02 à Emenda nº 52, Subemenda nº 01 à Emenda nº 64, Subemenda nº 01 à Emenda nº 66, Subemenda nº 01 à Emenda nº 67, Subemenda nº 01 à Emenda nº 71, Subemenda nº 01 à Emenda nº 72, Subemenda nº 01 à Emenda nº 73, Subemenda nº 01 à Emenda nº 77, Subemenda nº 01 à Emenda nº 78, Subemenda nº 01 à Emenda nº 81, Subemenda nº 01 à Emenda nº 82, Subemenda nº 01 à Emenda nº 84, Subemenda nº 01 à Emenda nº 85, Subemenda nº 01 à Emenda nº 88, Subemenda nº 01 à Emenda nº 90, Subemenda nº 01 à Emenda nº 91, Subemenda nº 01 à Emenda nº 92, Subemenda nº 01 à Emenda nº 93, Subemenda nº 01 à Emenda nº 97, Subemenda nº 01 à Emenda nº 100, Subemenda nº 01 à Emenda nº

554; nº 555; nº 576; nº 577; nº 578; nº 579; nº 580; nº 581; nº 582; nº 583; nº 584; nº 585; nº 586; nº 601; nº 602; e nº 603.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 030/22. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em discussão o orçamento de Porto Alegre. Nós temos as emendas impositivas, e considerando esses últimos três anos, nós declinamos de emendas, porque atendemos aquelas áreas que são a nossa atuação. Então, neste orçamento, nós não apresentaremos emendas, mas eu quero destacar o orçamento da causa animal. Muito se fala, nas redes sociais, de realizações de épocas anteriores, mas isso não vem nenhuma crítica, apenas destaque, que para aprovar este ano para o exercício de 2023, nós temos um orçamento bem significativo para os animais, R\$ 5,895 milhões, e não é muito, isso é um pequeno percentual de todo o nosso orçamento municipal. Por que eu destaco isso? Porque nós não temos secretaria, nós temos uma equipe de gabinete e estamos conseguindo atingir bem mais atendimentos do que qualquer ano que se passou desde a nossa luta para a causa animal. Nós iremos atingir a meta de vinte e poucos mil animais esterilizados ou castrados que, com isso, se evita muitos nascimentos e que também, por consequência, ocorrem os abandonos, os animais que perambulam por aí sem atendimento, sem ter lares, porque não tem lares para todos e esse é um grande desafio. Então eu quero dizer que nem tudo se considera contemplado, mas nós temos que fazer justiça sim, que este governo cumpriu a promessa, está investindo em animais com três projetos e vai entrar o quarto projeto, o projeto que eu falo é atendimento à população. Hoje está sendo atendida aquelas áreas, fazendo um trabalho externo, onde se constatou, no mapa da vigilância sanitária na área da saúde, a leishmaniose que muitas pessoas desconhecem essa zoonose que atinge pessoas e animais originária do mosquito palha que ele fica muito nas áreas verdes e nas áreas onde não tem muita higiene. Então nos sentimos contemplados e agradecidos por toda esta luta de 20 anos e hoje poder trazer bons resultados e poder falar aqui na tribuna sobre este aspecto positivo do governo municipal.

Eu também quero trazer uma pauta da cultura, quando não somos atendidos, nós criticamos a cultura, mas nós temos também que avaliar qual o seu orçamento, quantas pessoas, quais são os recursos humanos, muitas vezes não tem nem um auxiliar administrativo para atender um telefone ou fazer um serviço geral. As pessoas se aposentam, é uma área que não tem, vamos dizer assim, muitos adeptos na política e esta área recebeu 0,31% do orçamento total da Prefeitura. Veja bem, eu considero cultura também a preservação dos monumentos, não adianta nós recuperarmos o monumento e fazer ele como o modelo, sim, é um modelo, é um modelo de um, mas nós temos muita depredação, nós temos muito a avançar na parte cultural, ensinar nas escolas a importância da nossa história, desses monumentos feitos por artistas que não estão mais aqui. O material hoje é caríssimo, tanto que se usa resina misturada com bronze. Mas eu quero chamar atenção para a cultura, para o secretário que é um grande

conhecedor desta área, porque a gente vê um zum-zum de pessoas que não têm conhecimento e que ficam minando o secretário. Então eu fui olhar mais de perto e posso dizer que para a cultura falta muito, não adianta cobrar do secretário se não der recurso humano, se não der recurso financeiro; 0,31% e querem falar de cultura! Os técnicos deveriam se dedicar mais a essas áreas também, que são importantes, trazem turismo, trazem recursos para cidade, se nós valorizarmos a arte da capital. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Informo que está encerrado o tempo para assinatura das emendas, quem apresentou, apresentou; quem não apresentou, deu!

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito mais 5 minutos porque ainda estamos coletando assinaturas; para nós é muito importante mais alguns minutos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferido. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Colegas vereadores e vereadoras; Presidente, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando a nossa sessão nesta segunda-feira em que estamos debatendo a lei orçamentária de Porto Alegre. A lei orçamentária prevista para o próximo ano é de R\$ 10,587 bilhões. Por incrível que pareça, esta peça é muito fictícia, não diz claramente onde vão investir mais de 50% desse recurso. Grande parte desses recursos já está com uma rubrica definida como, por exemplo, para a área da Saúde, o governo deveria investir 15% da peça orçamentária; até porque o Rio Grande do Sul teria que investir 12%, não investe; e o governo federal 10% e não investe. Para nós só tem uma esperança: fazer com que esse dinheiro produza resultados. E quando nós olhamos essa peça orçamentária, nos deixa tão indignados, porque nós não vemos solução, por exemplo, para a dona Sílvia, da Associação da Paineira da Conceição, e aí temos que fazer emenda. A peça orçamentária não visualiza que a escola infantil da Paineira da Conceição, fechada há 4, 5 anos, e que precisa de R\$ 1 milhão para voltar a funcionar, não está contemplada. Aí tem que ter uma emenda que possibilite que aconteça a reforma e as criança possam ter o seu espaço e a sua dignidade. Aí o governo vem dizer para nós que uma emenda dessa natureza foi retirada da fonte da qual não poderia ser retirada. Nós estamos dizendo que não é verdade. Mas cadê a sensibilidade do governo em trabalhar internamente com essa transferência de recurso. O relator aceita, o líder do governo aceita, nós fizemos toda uma articulação, e agora chega o governo e diz “tiraram da fonte errada”. Por favor, pessoal, nós não estamos brincando de jogar xadrez; estamos aqui dizendo que Porto Alegre precisa levar dignidade às pessoas desse rincão da periferia da cidade que

está sem saúde, sem educação, sem assistência, O governo transita aonde? No 4º Distrito, no Centro Histórico, mas a periferia nem na peça orçamentária consegue se enxergar, porque aqui não tem política de inclusão. Nós estamos fazendo um apelo; só nos resta esse reconhecimento de que o vereador eleito pelo povo tem, sim, atribuição de apresentar emendas e que elas possam ser viabilizadas, e, por isso, muitos colegas apresentaram. Eles não estão conseguindo se enxergar na peça orçamentária e, por isso, queremos soluções. Nós somos dez da oposição, mas não foi só a oposição que apresentou emenda, vereadores da base do governo apresentaram. Nós precisamos dar um tempo, sim, Presidente, para acordar algumas emendas destacadas para possibilitar que essa peça orçamentária seja votada, no dia de hoje, com sucesso e com todos os vereadores e vereadoras, até porque tem, também, as emendas impositivas. Mas esse é um outro cenário, onde cada vereador tem sua relação, e ela está sendo respeitada. Por isso, Ver. Pedro Ruas, é importante este diálogo, e nós prezamos o diálogo, mas queremos que o governo também consiga enxergar não só os vereadores e vereadoras e suas iniciativas, mas também a população de Porto Alegre, principalmente os mais pobres; essa que é a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente Cecchim, nós ingressamos, rapidamente na Ordem do Dia, o que é ótimo, e não pude fazer antes a solicitação de um minuto de silêncio pelo falecimento do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Langaro Dipp, um amigo pessoal. Foi também presidente da Comissão Nacional da Verdade. Muito Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Gaúcho de Passo Fundo. Deferido o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom dia, Sr. Presidente; colegas vereadores e vereadoras; público que nos assiste, público que nos acompanha através das plataformas digitais, da nossa TVCâmara, da nossa Rádio Câmara. Nós estamos aqui, hoje, para votar o orçamento do Município., o orçamento que vai determinar algumas políticas do Município. O Município concorda com o mérito de várias emendas, o problema é que o cobertor é curto e a responsabilidade de onde vai sair esse recurso é do autor da emenda, a responsabilidade não é do Município. O Ver. Oliboni se referia a uma emenda que o governo deu acordo, no mérito da emenda o governo deu acordo, aí quando chegou de onde vai sair esse recurso, é o recurso que acaba com o 156 em Porto Alegre. Então, quero dizer que o governo, no mérito de várias emendas,

dá acordo, concorda com várias emendas; agora, de onde sai o recurso? O cobertor é curto, e bem curto. Nós comprometemos mais de 50% do orçamento em folha de pagamento; nós comprometemos uma parte muito grande do orçamento na saúde e em educação. Então nós temos que ver de onde sai. Agora, nós não podemos parar com serviços importantíssimos, como o 156, na cidade de Porto Alegre, não podemos parar com os serviços que ajudam a cidade de Porto Alegre, nem só a cidade de Porto Alegre tem a necessidade de saúde, de educação, de assistência, temos outras necessidades que permitem que o Município faça as entregas para a população, que o Município resolva os problemas, lá na ponta, da população. Nós sabemos a ansiedade que os vereadores têm na questão das emendas no orçamento, mas também, em contrapartida, nós temos emendas impositivas, e podemos usá-las. Eu, por exemplo, acho importantíssimo para a cidade de Porto Alegre termos um Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista, há quatro anos eu destino toda a minha emenda, toda, um milhão, quatrocentos e poucos mil, para a criação do Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista. Toda, os 50% da saúde e o restante distribuído em assistência e educação para criar esse centro diagnóstico. Então se é uma política que o vereador acredita, confia, que o vereador acha que é de extrema necessidade para a população de Porto Alegre, ele tem o recurso das emendas impositivas, ele pode, através das emendas impositivas, apresentar algo que realmente, de concreto, mude a vida da população, mude a vida das pessoas. Eu, por exemplo, não destino R\$ 50 mil, R\$ 100 mil para o Lar da Criança do Santo Antônio porque eu sei que se tiver o Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista, lá eles serão assistidos. Eu não destino emenda para nenhum outro lugar porque aonde eu destinar, seja um clube de futebol, uma escola de samba, seja uma creche, uma outra escola, lá no Centro Municipal de Diagnóstico Médico do Transtorno do Espectro Autista eles serão beneficiados. Então eu quero dizer que nós temos as emendas impositivas, é obrigação do governo, por lei, acatá-las; nós temos um recurso disponível para cada um dos vereadores para essas emendas, e o governo, dentro do possível, dentro do orçamento, pois já tivemos redução de vários tributos – isso não vêm agora da pandemia, vem vindo gradativamente –, o cobertor, volto a dizer, é curto. Então nós estamos à disposição para dialogar e discutir com os vereadores dentro da realidade do nosso orçamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Para corroborar com o que V. Exa. disse, Ver. Claudio Janta, estou no quarto mandato e nunca fiz nenhuma emenda ao orçamento. A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Bom dia a todos e todas. Bom dia aos vereadores e vereadoras; bom dia, presidente. Hoje é uma sessão muito importante, no ano passado eu fui relatora da LOA e também presidi a CEFOR,

Comissão da qual o Presidente desta Casa também fazia parte. Eu acho que o orçamento é o maior instrumento político que o Executivo pode apresentar, tanto para esta Casa Legislativa quanto para a cidade. Quando a gente pensa o orçamento, nós pensamos uma forma de materializar o discurso que nós apresentamos, tanto na eleição quanto no plano de governo. Infelizmente, quando nós olhamos o orçamento e nós entendemos como tem sido a prática do Executivo Municipal, é estarrecedor. Nós aqui estamos substituindo atividade do Executivo a partir do Legislativo; uma parcela das políticas públicas está sendo financiada pelo Legislativo, o que, na minha opinião, é um total equívoco. Quando as áreas da saúde e da educação vêm bater na porta do vereador ou da vereadora para pedir emenda, é sinal que o Executivo se omitiu da sua capacidade ou da sua responsabilidade de entender a importância dessas pastas, é como se a gente fosse favorável a quem pede esmola na rua, porque é quase isso, é como se a gente não entendesse a importância de garantir alimentação na escola, é como se a gente não entendesse a importância de garantir o posto de saúde com condições de atender. Aí a gente inverte, a gente coloca aquele profissional, aquele gestor ou aquela gestora a prover esta que é uma responsabilidade do Executivo. Eu não concordo com essa prática, eu acho que a política do Executivo tem que ser de responsabilidade do Executivo, e é óbvio que a responsabilidade do Legislativo é fiscalizar e também decidir sobre o orçamento. Foi para isso que nós fomos eleitos, foi para isso que a cidade nos elegeu: para estar aqui fiscalizando, mas também fazendo que o Executivo cumpra o que prometeu na eleição. Não prometeu sucatear posto de saúde, não prometeu sucatear escola, não ter responsabilidade, Janta, com o que tu falaste aqui, em ter uma política que dê conta da demanda dos autistas da cidade, que é fundamental. A gente vê as mulheres, as mães desesperadas, porque são elas que criam seus filhos, mas infelizmente nós temos um Executivo que diz: “Bom, vocês aqui se virem”, porque quando a gente olha, quando a gente pega o orçamento, a gente se entristece. O orçamento – como disse o secretário, lá na minha primeira audiência – é um instrumento burocrático; mas eu sou completamente contrária a essa posição: o orçamento é um instrumento político de diálogo com a cidade. Quando não nós não estamos no orçamento, nós não existimos! O nosso futuro presidente tem dito isso! Lula diz cotidianamente que se a política não se materializa no orçamento, ela não existe. E uma série de políticas antirracistas, por exemplo, ela não se materializa no orçamento se não for a partir de emendas de vereadores. A saúde para a população negra não se materializa se não for a partir de emenda de vereadores. Isso é de um equívoco total. E aí é importante que a gente rediscuta, o Legislativo, estes vereadores, estas vereadoras têm a oportunidade de incidir sobre o orçamento. O orçamento é fundamental para que o povo consiga dar conta. Nós temos uma política baixíssima para distribuição de cestas básicas numa cidade que passa fome! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLE n° 030/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia a todos e todas. Novamente estamos enfrentando uma discussão importante dos rumos da cidade para o ano de 2023, um debate extremamente importante. Infelizmente, o povo porto-alegrense historicamente é ceifado de acessar os dados apresentados pelo orçamento, as propostas que são elaboradas sempre num prazo muito curto. E também essa política, desde a criação das emendas parlamentares, de terceirizar compromissos e políticas que deveriam ser de Estado para que isso seja suprido pelas migalhas que são as emendas parlamentares. Então, não dá para substituir, não dá para terceirizar a responsabilidade com políticas estruturais da cidade, como mobilidade urbana, como a política de asfaltamento e manutenção das vias, como a política de extensão e ampliação da nossa rede de esgoto, de drenagem, de água. Então, precisa de investimento público nesse sentido, e sempre que a gente vem enfrentar o debate do orçamento, a discussão é sempre a mesma: estado mínimo para o povo; o imposto da periferia é drenado para os bairros nobres, Menino Deus, Mont'Serrat, orla do Guaíba. A gente sabe que no nosso País quem mais paga imposto é a classe trabalhadora, são os pobres. E, infelizmente, a gente vive numa cidade que, há 20 anos, 30 anos, os problemas se repetem na Mário Quintana, na Mapa, na Bom Jesus, na Restinga, porque não tem uma prioridade, nesses quatro anos de governo, de ter políticas estruturais para essas demandas. O debate é sempre o mesmo: não tem recurso. Suiu uma reportagem bem interessante do Jornal Matinal, no ano de 2021, eu vou compartilhar no grupo dos vereadores, que trata dos maiores devedores de IPTU e de ISSQN. Porto Alegre é uma cidade de basicamente serviços, ou seja, nós arrecadamos basicamente de IPTU e de ISSQN. Se a gente for pegar essa dívida, somente de IPTU, soma mais de R\$ 153 milhões, 29 são de pessoas físicas, o que equivale a R\$ 33 milhões. A lista que lidera o ranking é o setor imobiliário, o setor financeiro, ou seja, tem um setor muito privilegiado na capital gaúcha que não paga essas contas, que não paga as suas dívidas, e é um orçamento, é um recurso que é fundamental para a gente conseguir pensar a mixaria que foi destinada para a política de mulheres, a mixaria que foi destinada para a ampliação da política de saúde mental, os CAPS AD, os CAPSI, a mixaria que foi destinada para política de combate à violência às mulheres. Temos devedores milionários no nosso Município, e é obrigação da Prefeitura, é obrigação dos vereadores que estão aqui discutindo que não tem recurso para a gente garantir dignidade, coisas básicas, como a Ver.^a Bruna colocou aqui anteriormente, cesta básica num cenário de fome. Ao mesmo tempo a gente tem o Ronaldinho Gaúcho devendo milhões de IPTU para o Município de Porto Alegre. Então são essas as discrepâncias, são essas as desigualdades previstas no nosso orçamento, são essas as opções políticas que o governo Melo e essa base de vereadores segue reafirmando que, nós, da oposição queremos denunciar; recurso tem; que os ricos paguem as suas contas, que os ricos paguem as suas dívidas, que nem o povo trabalhador, o povo batalhador desta Cidade vem fazendo. É essa a minha contribuição para a discussão de que não tem recurso no orçamento de 2023; recurso tem, que se cobrem essas dívidas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, prezado amigo que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores, público que nos dá honra ou de estar nas galerias ou de estar nos acompanhando na TVCâmara. O problema de Porto Alegre, que não é exclusivo da nossa capital, é histórico nessas formas, aspas, liberais, fecha aspas, de governar, por quê? Porque nós temos aqui debates que são interessantíssimos, as pessoas alegam, muitas vezes, que os impostos trazem problemas para cidade; que determinada empresa ou empresas, ou grupos, não deveriam pagar tantos tributos – apesar dos lucros extraordinários – porque isso manteria os negócios em Porto Alegre, porque isso seria mais justo, por aquilo, por aquilo outro... Tudo balela! Tudo balela! Esses empresários, essas grandes empresas que não pagam tributos, como a Fraport, isentada agora há pouco aqui, na Casa, a Fraport, uma bilionária multinacional, dona de aeroportos e rodoviárias do mundo inteiro, recebeu a isenção desta Casa de tributos, na pista, justamente onde tem mais movimento. Aí vem o orçamento onde não tem espaço para pobreza! Claro que não tem! Não tem! Não tem espaço para aqueles que mais precisam! Não tem! Não tem proteção à infância, à juventude, não tem proteção às mulheres! Não tem qualquer política cultural! Não tem! E o argumento é o mesmo: o cobertor é curto, não há dinheiro. É difícil haver, se por um lado isenta os grandes e por outro não cobra de quem deve, bem, fica muito curto esse cobertor, ele pode até desaparecer. Porque a isenção é feita a varrer, é muito difícil um mês, um mês que não tenha um projeto importante de isenção na Casa, todos aprovados, contra o nosso voto, obviamente. Mas sempre tem isenção na Casa, sempre! Às vezes dos gigantes, como a Fraport, às vezes um pouco menores, mas é daqui, é dali, é ISS, é IPTU, mas sempre tem isenção. Quando não tem isenção, não tem cobrança. Os grandes não pagam e não são cobrados. Ora, aí vem a LDO, claro, e vem com problemas: falta para o social. E vai lá verificar, e falta mesmo. Não pode nem dizer que o governo está mentindo ao dizer que não tem dinheiro; não tem. Mas ele destruiu o erário municipal antes! O governo Melo, simplesmente destrói o erário municipal com as isenções e a falta de cobrança das dívidas, e isso é inaceitável. E num dia como hoje, isso aparece de forma dramática, porque a política social passa a não existir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Bom dia, Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui pela TVCâmara. Aproveitei para fazer uma pequena apresentação, porque nós estamos em pleno século XXI e me parece que nós estamos fazendo uma política de orçamento hoje de uma época que a gente não

tinha dados e informações sobre a nossa cidade. Nós estamos fazendo uma política de escolhas, pois ser prefeito, administrar a cidade é fazer escolhas, e nós temos a escolha aqui, de priorizar asfalto em detrimento de saneamento público. Nós estamos fazendo obras onde nós não temos acesso à educação; nós estamos investindo em zeladoria onde a saúde está sofrendo. Então, a pergunta é: qual é a prioridade deste orçamento?

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Aqui nós temos um orçamento – e, quando aqui vem o Ver. Pedro Ruas, a oposição vem aqui –, é um orçamento que faz escolhas, é um orçamento que coloca 50% a mais na verba de asfalto onde não tem saneamento. Então, nós estamos asfaltando lugar onde as crianças não têm acesso à escola, onde a saúde não tem qualidade e, muitas vezes, não tem nem acesso. Nós não temos saneamento básico, mas nós teremos asfalto, em pleno século XXI. Que prioridade nós estamos dando para a nossa cidade! Nós temos, sim, duas principais agendas na cidade que são a saúde e a educação; ambas estão com esse orçamento de uma maneira preocupante. A saúde, porque não corrige nem a verba da inflação da área da saúde, e nós estamos com as UTIs com 150% de lotação hoje, em pleno novembro! A gente não está no inverno, naquela época em que a gente está acostumado que isso aconteça em Porto Alegre. Nós estamos numa época em que normalmente a gente considerava as UTIs tranquilas, as emergências tranquilas, mas não é isso que acontece. Então, o que nós vamos ver em 2023? Nós vamos ter dinheiro no asfalto, mas sem postos de saúde adequados, sem emergência adequada. É preocupante, porque estamos votando isso hoje, cientes dessa informação. Nós vamos votar hoje zeladoria na cidade com seis mil crianças fora da escola, e, no orçamento de hoje, nós estamos usando a verba que nós teríamos da educação para pagar inativos. Então, a gente sabe hoje, ao tomar esta decisão, o prefeito sabe que o dinheiro que falta na educação está neste orçamento e poderia vir de outras áreas. Nós estamos aumentando R\$ 33 milhões da EPTC, nós estamos dobrando quase 50% a mais, a verba de serviços urbanos. É esta cidade que nós queremos em pleno século XXI? Ou nós estamos falando numa cidade que tem saneamento básico, tem acesso à qualidade e acesso à educação, acesso e qualidade na saúde. E aqui eu coloco, no último *slide*, porque o vice-prefeito esteve em São Paulo, o *ranking* da CLP. Esse *ranking* mede o índice da nossa capital, comparado com os principais municípios do Brasil, e esse índice nos mostra que Porto Alegre, na qualidade da educação, entre 400 municípios, está no 300; no acesso à saúde, está em 193. Se a gente for pensar em segurança, que está perdendo R\$ 30 milhões de investimento, nós estamos no número 100, e se a gente for pensar em acesso à educação, estamos no 143. Então, no mesmo dia em que a gente ganha um prêmio dizendo que a gente é a capital da inovação, que a gente é a capital de empreendedorismo, a gente ganha esse tapa na cara, essa realidade, e hoje estamos votando para manter essa realidade. Ano que vem o prefeito e o vice-prefeito voltarão para São Paulo, para receber o prêmio novamente, e essa realidade não vai mudar. Então eu trago aqui essas informações, para deixar bem claro que em pleno século XXI,

com acesso a informações, com diversas organizações não governamentais fazendo comparativos entre municípios, a gente está vendo esta realidade de escolha. Eu encaminho aqui que o partido NOVO não está colocando emenda nenhuma para este orçamento, nós consideramos que o prefeito, sim, deve atender as suas prioridades e por isso que a gente traz aqui todas as informações para que o Executivo consiga tomar as suas decisões da maneira mais adequada para a população de Porto Alegre. Muito obrigada, vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Por solicitação do Ver. Schirmer, do Ver. João Bosco Vaz e de outros vereadores, defiro o pedido para dispensa do paletó.

A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLE n° 030/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Bom dia colegas vereadores e vereadoras, principalmente ao público que nos assiste. Eu subo a esta tribuna hoje para falar de algo que é fundamental para a cidade, fundamental porque é o que define as prioridades políticas. A gente vem aqui para falar do orçamento. Eu quero trazer, de forma muito objetiva e também muito sucinta, que nos últimos dias nós estamos sendo procurados por uma série de parceiros e parceiras, principalmente da área da saúde que é a minha área, por conta da ausência desse investimento. Isso é algo muito grave, porque, se nós não temos dinheiro para Atenção Básica, se nós não temos o dinheiro para manutenção das unidades de saúde para execução daquilo que é necessário, para insumos, para garantia do básico mesmo, gente. É muito grave! E o que vem ocorrendo é que, por conta dessa restrição, dessa redução no investimento, esses parceiros e essas parceiras têm batido aqui na nossa porta pedindo auxílio. Vejam que absurdo, o Município que fala que não tem recurso, que não tem dinheiro e fala que não se tem almoço de graça, não se tem café de graça, este mesmo Município é o município que tem devedores cuja soma chega a 139 milhões. Pergunto, por que não ir em cima desta conta para definitivamente estar alocando esse recurso para onde mais se necessita? Eu fico com uma vergonha de subir aqui, enquanto vereadora, a primeira vereadora LGBTQIA+ assumida, para falar que somente R\$ 2 mil foram destinados para os LGBTs, R\$ 2 mil, assim como para as mulheres foram destinados R\$ 10 mil para Casa da Mulher Brasileira. O que se faz com R\$ 10 mil ao ano? Isso, sim, é ausência da responsabilidade que se coloca como prioridade só quando tem o discurso, na prática, na ação se precariza com R\$ 10 mil. Eu quero deixar registrado que, se ainda não entenderam que tem a ver a ausência desse investimento com o aumento da violência contra as mulheres, entendam que tem. Nós não temos ações efetivas porque não tem recurso, mas enquanto isso, escutem bem, para publicidade do prefeito se tem 15 milhões. Ora, quer publicidade maior do que um trabalho bem feito, quer publicidade maior do que um investimento naquilo que é necessário, então se tenham o respeito com o povo, com as prioridades, com as políticas que não são efetivas porque

não tem investimento e retirem destes 15 milhões, absurdos 15 milhões, o valor que é necessário para que a gente possa ampliar a qualidade da Atenção Básica, da Atenção Primária nos postos de saúde, o insumo que não chega, para que a gente possa olhar com a responsabilidade devida as escolas que estão precarizadas, para que a gente possa fazer um investimento na ponta, para que a política, em definitivo, sirva para as pessoas e não para um conglomerado, um pequeno grupo que sempre está se beneficiando – é uma vergonha, R\$ 15 milhões para poder falar bem de si mesmo. Mais uma vez repito, quer publicidade melhor do que um trabalho bem feito, bem executado? Eu registro para que meus parceiros da comunidade LGBTQIA+, para que as mulheres não percam isso de vista, não somos prioridade para este governo, que reduz ao máximo, coloca R\$ 2 mil para LGBTs, e R\$ 10 mil para mulheres. Vergonha de estar aqui tendo que relatar um número tão ínfimo, mas isso é a prioridade de um município que não faz a leitura adequada das necessidades, não prioriza e depois se solidariza quando a violência só tem o crescente. Absurdo! Tenham aí o mínimo de responsabilidade neste momento e retirem desses R\$ 15 milhões um valor que seja substancial para que nós possamos, sim, levar adiante projetos e pautas que são essenciais para a manutenção dessa sociedade; assim finalizo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 030/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom dia vereadoras e vereadores, público que nos acompanha. De fato o debate sobre orçamento é estratégico, é uma das principais questões que a gente tem a lidar com a população, porque as cobranças e as necessidades são muitas. E aqui em Porto Alegre, nos últimos anos, observamos uma dinâmica, uma forma de entender a preparação do orçamento, que vai ao encontro do que tem sido a lógica no Brasil nos últimos anos, uma política que diminui os investimentos sociais, anula a capacidade do estado de ser o indutor da economia e de desenvolvimentos importantes em todas as áreas, enche nosso erário de isenções aos empresários, ao mesmo tempo que não cobra dívidas milionárias com esse segmento. Se a gente somar as dívidas de imposto aqui em Porto Alegre, vamos chegar no montante de mais de R\$ 130 milhões. Eu acho inadmissível que uma empresa como Itaú, um dos maiores bancos do Brasil, deva para cidade de Porto Alegre milhões de reais, porque o povo que assiste à discussão que estamos fazendo aqui agora sabe o montante de juros que tem que pagar a cada dia que atrasa para um banco como o Itaú, que tem uma lucratividade gigantesca a cada trimestre, na casa dos bilhões, e não honra seus compromissos com a cidade. Essa é uma discussão que nós precisamos fazer, até porque é importante. Eu creio que um debate sobre orçamento de 2023 não pode ser feito sem levar em consideração que a política em nível nacional está se transformando. Então é fato que, a partir do ano vem, de agora já, na verdade, porque está em debate no Congresso Nacional, questões estratégicas vão ser modificadas como a política do teto

de gastos que é uma anomalia, só existe no Brasil, em nenhum outro país do mundo há algo similar ao teto de gastos, que tornou nosso País inviável, não foi cumprido na realidade e só serviu para tornar as políticas sociais, aquilo que é o direito constitucional da população, ainda mais distante da nossa realidade. No entanto, isso tende a se transformar daqui para frente, não é levada em conta essa situação na preparação deste orçamento. Infelizmente nós seguimos com uma Prefeitura que tem como maior orgulho falar do superávit, do dinheiro que não investiu, do dinheiro sobrando na caixa do Município enquanto necessidades urgentes da população não são atendidas. É a mesma coisa que a gente tivesse um pai ou uma mãe de família administrando as contas da sua casa, e os filhos com necessidades urgentes que não estão sendo atendidas, e eles com dinheiro na carteira, com dinheiro na conta, deixando lá parado, sem movimentação alguma, enquanto a família passa necessidade. É isso o que acontece na cidade de Porto Alegre. Nós temos, sim, demandas que envolvem a educação básica, por exemplo, e, no passado, todos nós sabemos que o prefeito Sebastião Melo deixou de investir mais de 100 milhões na educação. Ao longo deste ano, nós vimos milhares de famílias que hoje convivem com a situação de falta de creche.

Outra questão: obras de infraestrutura essenciais para nossa cidade. Nesses dias, o prefeito soltou um vídeo se orgulhando de que não inaugura obras, apenas vistoria, enquanto a gente vê, por exemplo, a situação na zona leste do Arroio Moinho, que precisa de drenagem, precisa de cuidados, uma obra que já foi estimada em cerca de R\$ 120 milhões; não há nada com relação a ela. Outras tantas necessidades da nossa população não são atendidas ao passo que nós temos essa contradição hoje, do tal do superávit que não serve em absolutamente nada. Porque nós não podemos ver as contas municipais ou Estado como um mero partícipe de hoje, como funciona a financeirização das contas públicas em nível nacional. Isso não é política de Estado, nós não temos que participar desse jogo como agente secundário; nós temos que tentar ditar as regras, impor a dinâmica. Hoje, nós temos uma Prefeitura que não enxerga as questões dessa forma. Aí nós vamos olhar para orçamento da saúde, por exemplo, mais uma situação – está aí a análise do Conselho Municipal de Saúde – que, com o investimento orçado para 2023, não vai ter condição da gente manter as questões básicas de atendimento à saúde mental, do Hospital de Pronto Socorro, dos compromissos já firmados com as terceirizações inclusive. Então, a dinâmica da cidade de Porto Alegre, nos próximos dois anos, com certeza, vai continuar apontando para o crescimento da desigualdade social, da falta de assistência dos serviços fundamentais da nossa população – educação, saúde, habitação. Para concluir, presidente, digo que, até o momento, não tivemos políticas de acordo com o tamanho do déficit habitacional na nossa cidade, e isso é uma tragédia social. Infelizmente, vamos continuar liderando o ranking das capitais do sul do Brasil onde mais cresce a pobreza e desigualdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE n° 030/22.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, faz 24 anos que eu uso esta tribuna e, de vez em quando, tenho que vir aqui para refrescar a memória, falar sobre os discursos que a gente ouve. Ver. Pedro Rua, nós que somos os antigos aqui, todos os governos fazem os orçamentos de acordo com o planejamento que é feito. Obviamente, tem R\$ 15 milhões de publicidade, mas todos os governos sempre tiveram: os governos do PT, os governos do Lula, da Dilma, do Fernando Henrique, do Collor. Só que as pessoas vêm aqui falar e não se dão conta de que, neste montante, tem a propaganda institucional, tem as campanhas de saúde, tem as campanhas de trânsito. Mas eu não condeno muito, porque, eu como vereador, já tentei tirar dinheiro da publicidade para colocar em outros locais. Aí eu vejo aqui os discursos, porque o governo é isso, o governo é aquilo, e eu não faço parte do governo, sou simpático ao governo, mas eu quero dizer para quem nos ouve e quem nos assiste que nos governos do PT, em Porto Alegre, os bancos não pagavam ISS! Os bancos nunca pagaram ISS nos governos do PT, em Porto Alegre! Sabem quem é que fez os bancos pagarem o ISS dos governos do PT, para botar nos cofres da Prefeitura? Está ali sentado, Ver. Pedro Ruas, que, à época, pertencia ao PDT! Aliás, o Ver. Pedro Ruas tem duas grandes leis: esta lei e a Lei do Troco, que diz que quando tu sobes no ônibus, se tu dás o dinheiro e o dinheiro é 20 vezes o valor da passagem e não tem troco, tu vais andar de graça no ônibus. Não adianta virem aqui e fazerem discursos sem conhecer a história. Como discurso político, como embate político, beleza! Beleza! Tem que ser isso mesmo! Como o Ver. Oliboni me fala seguidamente: “Temos que fazer uma frente, temos que marcar posição.” Está certo! A política feita disso, não é, Pedro Ruas? Agora, as pessoas que vêm aqui falar, as pessoas têm que conhecer a história disto aqui. Ficam divagando, falando isso, falando aquilo. Vou repetir: nos governos do PT, em Porto Alegre, os bancos milionários não pagavam ISS! Parabenizo, mais uma vez, V. Exa., que fez o projeto, e eu lembro que foi uma briga aqui. Foi uma briga! Os vereadores do PT não queriam, e tu lembras disso, Pedro Ruas! Foi uma briga para aprovar isso aqui! E nós aprovamos! Por isso que os bancos hoje pagam ISS.

Então, para encerrar, cada governo com o seu planejamento. O governo Olívio teve um planejamento; o governo do Tarso teve outro planejamento; o governo Verle – grande vereador Verle, foi vereador conosco aqui – teve um planejamento; o governo Fogaça teve um planejamento; o Fortunati teve um planejamento; o Marchezan teve um planejamento; o Melo teve um planejamento e o próximo prefeito vai ter o seu planejamento. Então, vamos devagar, vamos com calma, que todos e todos os governos têm os seus interesses, mas não vamos esquecer que os bancos só agora pagam o ISS. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, se o nobre Vereador Bosco aceitar, só quero lembrá-lo de que o PT votou favoravelmente, inclusive uma lei sancionada pelo Prefeito Raul Pont. Os governos anteriores não cobravam impostos, e nos governos do PT passaram a pagar impostos por uma lei municipal do Pedro Ruas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 52 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 478 ao PLE nº 030/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 043 e 107 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 603 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 554 e 555 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 42 e 553 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Daiana Santos, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 319, 320, 321, e 322 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 581, 582, 583, 585, e 586 ao PLE nº 030/22.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Matheus Gomes, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 601 e 602 ao PLE nº 030/22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLE nº 030/22. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como relator. Como sempre, uma relatoria competente.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores, nossos ouvintes, nossa alegria por estar aqui conversando um pouco sobre o nosso projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, como relator da matéria, uma atribuição que nos honra, mas que também nos dá bastante responsabilidade, compromissos e bastante trabalho. No nosso orçamento anual, de R\$ 10,5 bilhões, para o ano que vem, nós tivemos 637 emendas apresentadas; dentre elas, 572 emendas impositivas e 38 emendas autorizativas, livres, que, para serem executadas, dependem da vontade do Executivo. Neste ano nós tivemos uma alteração de lei, as emendas impositivas passaram a ser no

máximo 20 para cada vereador, o que daria 720 emendas, e nós tivemos 572. Também foi imposto um limite mínimo de R\$ 20 mil por emenda. Dessas emendas impositivas, nós aceitamos todas, com um número – e está no relatório – expressivamente grande de subemendas para viabilizar a sua aprovação. Nós tivemos subemendas apresentadas pelos autores e subemendas apresentadas por nós, enquanto relator; emenda de relator, nós tivemos também um número expressivo. As emendas não impositivas somaram quase R\$ 27 milhões, e nós, numa definição da nossa CEFOR, propusemos aceitar todas as emendas impositivas e rejeitar as emendas não impositivas, porque, como sabemos, elas seriam executadas havendo a vontade e a disponibilidade do Executivo. Então se apresentam as emendas, o Executivo, comandado pelo prefeito, executa se quiser. Chegamos à conclusão, Ver. Moisés, lá da nossa CUTHAB, aprovamos as impositivas e deixamos as não impositivas para um processo de discussão ano que vem. O Ver. Cassiá Carpes apresentou uma emenda de ajuste da redação; nós aceitamos desde o início. O Ver. Oliboni conversou comigo sobre uma emenda, a 42, no valor de R\$ 1 milhão, cuja ideia era conduzir pela rejeição – falei com o vereador – e, depois, numa conversa que tivemos, foi feito um acordo, um acerto para aceitá-la – por isso nós fizemos parecer favorável, que teve a manifestação favorável do líder do governo, Ver. Janta. Agora está havendo, parece-me, uma possibilidade ou uma posição de rejeição, em razão da origem dos recursos, está se encaminhando isso. Para concluir, nós temos uma emenda da Ver.^a Bruna Rodrigues, que na minha avaliação errei pelo parecer favorável, se isso está correto, ela destina R\$ 99 mil para atendimento ao povo negro, só que a origem dos recursos que ela retira apresenta um saldo de R\$ 12 mil. Portanto, estou pedindo aí para não alterar... que se aprove a emenda porque, depois, se isso efetivamente existe, o governo pode se manifestar, “sim” ou “não”, e voltaria ao plenário.

Era isso, obrigado pela designação da relatoria. Parabéns a todos os vereadores pela dedicação emprestada ao projeto, e este processo dá destinos ao povo de Porto Alegre em 2023, e é claro que, num projeto de lei de orçamento, sempre haverá carências e outras necessidades que devem ser conduzidas pelo Executivo com a cobrança de nós, vereadores. Aquele abraço, obrigado, boa votação! Vamos votar o relatório e vamos analisar uma a uma as emendas que obtiveram as doze assinaturas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda n° 42, destacada, ao PLE n° 030/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, cidadão e cidadã, de modo especial a presidente da Associação dos Moradores da Vila Conceição, mais precisamente da Paineira, que é a D. Sílvia que está aqui presente; D. Sílvia,

cidadãos e colegas vereadores, ali na Paineira, na Vila Conceição, tem uma creche de educação infantil que está fechada há cinco anos – cinco anos –; essa creche até então está lá numa situação de abandono. Nós conversamos várias vezes com a comunidade, conseguimos fazer com que o DMLU pudesse fazer a limpeza internamente dessa área e negociamos, fomos à Secretaria Municipal de Educação. Colegas vereadores, nós falamos com a secretária de educação do município de Porto Alegre que confirmou que era preciso colocar R\$ 1 milhão de reais para a reforma dessa escola infantil, para poder, no ano que vem, executar a reforma e voltar atender a 120 crianças daquela comunidade. Aqui está a emenda, conversada com o líder do governo que conhece o local, que tem relação com o local também, e que é uma necessidade urgente, porque essa comunidade, Dona Sílvia, está desabrigada, pagando transporte público, pagando para outros locais, muitas mães sem conseguir ir ao emprego, ou novos empregos. E o governo deu *o.k.* para reforma; possivelmente, e cobrado da secretária, esqueceu, ou teria consultado alguns secretários que não deram retorno.

Eu quero pedir aqui a sensibilidade do governo, colegas vereadores e vereadoras para poder perceber que esse tipo de obra, ação, não pode ficar fora do orçamento. A comunidade tem que ser vista, contemplada! Aqui não está. Dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões de reais no Orçamento, e não tem R\$ 1 milhão para poder fazer uma reforma de uma escola infantil!

Eu quero puxar aqui pela sensibilidade da comunidade. Falam tanto na periferia, dos problemas sociais, da inclusão das pessoas, agora é a hora de votar o botão correto, certo, para poder viabilizar essa tão esperada obra, Dona Sílvia, para poder concretizar esta obra, e voltar, quem sabe lá, em 2024, porque faria a reforma em 2023, para viabilizar a dignidade e o respeito a esses cidadãos que moram na periferia da cidade e que precisam desse instrumento da educação funcionando. Portanto, peço a sensibilidade dos colegas vereadores e vereadoras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito às assessorias que permaneçam no lugar das assessorias, aqui nas bancadas dos vereadores é somente para os vereadores. Inclusive o presidente da AIAMU, o senhor não está cobrando a janta aqui, não é presidente? Está ficando chato isso. Não está cobrando a janta aqui hoje, né? O assédio aos vereadores no plenário não é permitido. Fica chato.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 42, destacada, ao PLE n° 030/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, colegas vereadores, só para trazer a explicação referente à Emenda n° 42, do Ver. Oliboni, que acaba de fazer a sua fala, é importante que nós possamos trazer a realidade dos fatos. O governo deu *o.k.* a esta emenda; não é contrário a esta emenda, mas a fonte, essa fonte que foi indicada pelo Ver. Oliboni, ela é uma contrapartida para um financiamento do novo 156. E, para deixar claro aqui, a responsabilidade da fonte é de indicação do autor

da emenda, e ele sabe disso. Então, ele deveria ter feito uma indicação que fosse viável a ser executada; ele pegou uma fonte que é inviável. Então, só para deixar claro o porquê que a base do governo não vai votar favorável a esta emenda. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 42, destacada, ao PLE nº 030/22, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobres colegas vereadores e vereadoras, cidadãos e cidadãs; o governo agora, ele tem uma posição que, em programas que podem ser inviabilizados, nós não vamos aceitar emendas para mexer com aquele valor do orçamento. Nesse caso, olhem só para a discrepância. O governo tem R\$ 15 milhões para o Orçamento Participativo. Aqui, onde nós retiramos o recurso, na transparência e no controle interno do Município, tem R\$ 16 milhões. Com todo respeito, o nobre secretário está aqui, e está dizendo o seguinte, que “retirando R\$ 1 milhão, vai inviabilizar o 156”. Por favor! O governo pode se utilizar de outras rubricas para destinar recursos para viabilizar o 156. Ou não? Claro que pode, pessoal, claro que pode. Nós vamos insistir aqui que os vereadores, se tivessem uma orientação, quando viesse a peça orçamentária: “vocês não podem retirar de tal lugar, porque é rubrica carimbada, é um recurso que vem de fora e tal”. Os R\$ 10 bilhões e 587 milhões são recursos de receita própria do imposto que pagamos. Agora o governo quer condicionar, para que aquele recurso ora destinado para tal programa, que são muito poucos, não seja modificado. Mas é uma prerrogativa do vereador, da vereadora fazer isso, para contemplar a comunidade, porque senão ele fica engessado e não consegue tirar de nenhum lugar. Sempre aconteceu isso! Vamos nos respeitar, pessoal, vamos nos respeitar! Eu quero conclamar aqui o governo: é uma emenda aceita pelo relator, ela está no bojo aqui pelas emendas aceitas pelo relator, não há como retirá-la desse bloco, portanto, é importante que o governo perceba a importância da emenda – até me causa surpresa, porque é a única emenda que o governo queria separar, como destaque, para poder votar em separado. Por favor, é uma aceitação do relator, sabe da importância, temos uma discussão com o líder do governo e o governo tem que sensibilizar para essas ações importantes, a não ser que o governo faça uma reunião com a presidente da Associação dos Moradores da Conceição e da Paineira e garanta esse milhão de uma outra fonte para poder viabilizar a reforma dessa escola e que, quem sabe lá, em 2024, as crianças estejam na escola bem cuidadas, alimentadas e com dignidade. É o que nós queremos, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 42, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Ver. Oliboni, V. Exa. usa as palavras jogadas ao vento. Eu, os dois secretários e a vice-líder do governo chamamos o senhor ali e dissemos que o governo vai construir, sim, com a Secretaria de Educação o repasse desse R\$ 1 milhão. Nós nos comprometemos com V. Exa., e aí o senhor vem aqui faz uma falácia. Se é tão importante essa escola para o senhor, porque o senhor não dedicou R\$ 1 milhão das suas emendas impositivas para essa escola. Volto a dizer: o Centro de Diagnóstico do Autismo é importantíssimo para mim, é importantíssimo para mim, e eu fui lá e dediquei as minhas emendas para isso. Aí o senhor fala que o governo destina R\$ 15 milhões para o Orçamento Participativo, como se nós estivéssemos destinando 15 milhões para cada região do Orçamento Participativo. Não, nós estamos destinando menos de um milhão para cada região do Orçamento Participativo para fazer as políticas, por demanda do OP, para nós não encerrarmos o nosso governo, como outros governos que encerraram com demanda reprimida desde 1999, de 2001, que tenho certeza absoluta que essa escola deve estar numa demanda do OP lá trás, como várias escolas e creches que nós temos e postos de saúde. Nós, quando consultado por Vossa Excelência, concordamos com a emenda, achamos justa, para ver como o governo não é malvado, agora, a nossa surpresa foi quando estamos retirando a contrapartida que a Prefeitura está dando para criar a Central do Cidadão, do 156. Essa é a contrapartida, porque todo recurso que vem da União ou do Estado o governo tem que dar uma contrapartida e várias vezes já dissemos isso nesta tribuna. Este governo que, dos impostos arrecadados hoje na cidade de Porto Alegre, de cada R\$ 100,00, fica só com 14. E para buscar um empréstimo, seja para criar 156, seja para saneamento, seja para infraestrutura, seja para criação de uma UBS, de uma UPA, o governo tem que dar uma contrapartida para a União ou para Estado. Essa é a política implementada na União que nós esperamos que agora o novo governo seja mais municipalista, olhe mais para os municípios que vêm perdendo recurso, a cada lei que o governo federal faz, ele retira recursos dos municípios dificultando a vida dos munícipes e principalmente de quem dirige o município. Então nós viemos encaminhar pelo nosso partido, o Solidariedade, pela rejeição dessa emenda, mesmo este vereador tendo dado acordo nas conversas que nós tivemos, nós não sabíamos que esse recurso ia sair do 156 que é uma ferramenta importantíssima para o cidadão de Porto Alegre, é uma ferramenta que ajuda a população de Porto Alegre a ter um contato mais próximo com as suas demandas do dia a dia, como poda de uma árvore, o lixo, uma consulta, uma informação. Então nós viemos aqui dizer para o Ver. Aldacir Oliboni que o governo já construiu junto com ele e vamos estar lá na Secretaria de Educação, nesta semana ainda, construindo com a secretária onde buscar esse R\$ 1 milhão, já que a educação tem recursos próprios, a educação tem uma parcela significativa do nosso orçamento para investir, e nós vamos, junto com Vossa Excelência e a associação, como compromisso assumido por mim e pelos secretários Cássio e Urbano, se sentar com a secretária de Educação e buscar esse recurso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 42, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez venho a esta tribuna defender a Emenda nº 42, do Ver. Oliboni, porque a minha feliz passagem na comissão de Orçamento me fez entender como funciona o orçamento da cidade. Ver. Oliboni, essa emenda é uma emenda muito feliz, porque Porto Alegre tem um déficit de mais de 6 mil vagas, de crianças de 0 a 4 anos; é inadmissível que a gente tenha vivido uma pandemia e que uma escola ficou fechada por mais de cinco anos. Isso quer dizer que essa escola, que atende uma média de 120 crianças, têm uma média de 120 famílias que não têm onde deixar os seus filhos. Nós vivenciamos uma pandemia que durou 2 anos. Porto Alegre não investiu o mínimo constitucional, aquele valor que é reservado à educação; lembro, inclusive, de uma fala do prefeito que disse que não iria pintar duas vezes a mesma escola. Ora, uma escola que está fechada há mais de 5 anos, tem a oportunidade aqui de ter previsão orçamentária de construção, mas infelizmente a base do governo, o governo, rejeita, destaca para rejeitar. É inadmissível que essa seja a política do governo Melo, é inadmissível que uma cidade que tem o *marketing*, as contas estão no azul, tenha crianças fora da escola, fora da creche, que não tem uma política de desenvolvimento na educação infantil. Eu encontrei com a política, lutando pela vaga na creche; minha filha, que tinha seis meses na época, hoje tem 18 anos, vai fazer 18 anos. E eu sei o quanto foi fundamental para mim ter aquela vaga na creche garantida; eu sei o quanto é fundamental para mulheres como eu ter a sua vaga na creche, Ver. Oliboni, o qual eu cumprimento por essa emenda. Quero aqui, de alguma forma, tentar sensibilizar os vereadores e as vereadoras que vão fazer discurso na comunidade no período eleitoral, mas que, quando tem aqui a oportunidade de garantir uma emenda para educação infantil, votam com o governo, que não tem compromisso com o combate ao déficit da educação infantil. Eu acho que é fundamental aprovar essa emenda, é fundamental que a gente tenha uma margem de negociação. Essa escola precisa ter data para ser construída, afinal de contas são 120 famílias que não tem onde deixar os seus filhos. É inadmissível que a gente tenha “as mulheres têm que se virar” porque são as mulheres que chefiam suas famílias; 70% das nossas famílias são chefiadas por mulheres. Isso aqui é uma política que atende integralmente as crianças e as nossas mulheres. Por isso é importante defender essa emenda, por isso é importante discutir que esse R\$ 1 milhão seja de construção dessa escola de educação infantil, porque a Vila Conceição merece ter as suas crianças dentro da escola e não na esquina. Porque, afinal de contas, a gente fala da nossa juventude, a gente adora dizer que vai para o tráfico de droga, que vai para cá e vão para lá, mas quando a gente tem a oportunidade de garantir que ela tenha acesso à educação, se vê aqui um monte de discursinho para descontextualizar e descredibilizar uma emenda que pode, sim, ter uma função social, e que o governo tem condições de aprovar, afinal de contas, essas contas no azul estão a serviço de quem? Elas estão servindo para quem? Porque, quando eu ando no centro da cidade, na periferia da cidade eu sei onde estão as nossas crianças, e,

infelizmente, a sua integralidade não está na escola. Então, quero aqui sensibilizar os vereadores, dizer que é fundamental que a gente aprove essa emenda. Educação infantil é responsabilidade de todos. O Executivo Municipal tem responsabilidade e obrigação, e nós podemos aqui podemos garantir: o Executivo pode cumprir o seu papel. Por isso eu peço pela aprovação da Emenda nº 42.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 42, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal a Emenda nº 43, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, agradeço pela tolerância. Colegas vereadores e vereadoras, quero registrar que infelizmente nós perdemos a votação da emenda anterior, mas aceitamos o desafio do nobre líder do governo, e, podendo nos reunir aí com a secretária de educação, fazer esse reparo de poder trazer a esperança a essas pessoas que infelizmente não foram contempladas aqui, Dona Sílvia, através de emenda, que foi rejeitada há pouco pelo governo.

Esta emenda trata da autorização da reposição salarial aos servidores municipais. A perda acumulada pelos servidores municipais, nos últimos anos, chega a 26%. E nós sempre tivemos, eu diria, a coerência de poder, aqui na LDO, dizer ao governo que é inaceitável que também o servidor não consiga se enxergar na peça orçamentária no sentido de poder ter ao menos a reposição salarial, que é a inflação - coisa que nós, vereadores e servidores da Câmara, recebemos todos os anos. A Câmara consensualiza esse reajuste, mas o governo nem sequer coloca algo na peça orçamentária. E ao longo dos últimos anos já se acumula uma perda de 26%. O governo municipal, num acordo feito no início deste ano, concordou em dar uma reposição salarial de 10%, referente ao ano passado, aos servidores. Inclusive o servidor está recebendo.

Nós não estamos condicionando, nós estamos dizendo, não estamos obrigando o governo, nós estamos dizendo que estamos autorizando o governo a dialogar com o servidor para poder dar a reposição salarial. Vamos deixar bem claro aqui. E é óbvio que eu acho que o governo vai ter que dialogar com o servidor, e em algum momento vai dizer que vai dar, embora às vezes parcelado, como aconteceu nesse ano anterior. Então, é nesse sentido que eu venho aqui implorar, pedir o apoio dos colegas vereadoras e vereadores para que reconheçam o trabalho que é de extrema importância, não só em tempos de pandemia, mas o número de servidores não tem aumentado, tem sido reduzido devido às privatizações, às concessões, às terceirizações, e infelizmente nós percebemos lá na ponta que o servidor, além de não ser reconhecido

pelo trabalho que ele faz, ele está sobrecarregado, mas muito sobrecarregado, tanto na saúde quanto na educação, assistência e outros serviços. No DMAE, por exemplo, o governo achou que era preciso aumentar muitos servidores, aí ele encaminha a criação de uma comissão para privatizar o DMAE. Lamentável! Podia abrir concurso público, podia fazer uma série de movimentos importantes para valorizar o servidor, mas não, manda para esta Casa inúmeros projetos de lei abrindo a possibilidade de contratos, e aí os contratos são temporários e não resolvem o problema. Por isso é importante que o governo tenha uma política salarial ao servidor, e aqui ao menos dialoga com as perdas salariais pela inflação, por isso a reposição anual das perdas salariais. Não é nada além da inflação, é algo pelo qual eles podem ser vistos e pode ser aprovado pela Câmara, uma autorização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Parece que não é necessário autorização. Registro a presença da professora Larisse Silva de Moraes, coordenadora do Projeto Afroafetivos, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint’Hilaire.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 43, destacada, ao PLE n° 030/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia a todos e todas. Eu reitero todos os argumentos que o Ver. Oliboni colocou na sua fala: a importância da valorização e não só uma valorização simbólica do trabalho dos professores, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, agentes de RH, mas uma valorização objetiva frente a essa inflação que corrompe as condições de vida do nosso povo, em especial do serviço público. A segunda maior categoria de trabalhadores do Município de Porto Alegre são servidores públicos do Município, do Estado e da União. Ou seja, o arrocho salarial que essa categoria vem sofrendo pela desculpa de Estado mínimo e pela desculpa do desmonte das políticas públicas, uma política de morte - e nós estamos saindo de uma pandemia onde a gente viu a importância dos equipamentos públicos funcionando. Ou seja, essa política de seguir arrochando os servidores é uma política de morte e tem impacto na nossa economia, porque, como eu coloquei, são a segunda maior categoria do Município de Porto Alegre, com poder de compra que vem sendo corroído pela inflação, que vem sendo corroído pela opção do governo Melo em seguir a política do governo Marchezan de arrochar os trabalhadores em detrimento de cobrar os grandes devedores. Povo de Porto Alegre, são opções que são feitas: de onde tu tiras o dinheiro, quais são os setores que vão ser penalizados? Novamente, nós vemos o governo Melo fazendo uma opção e também, por consequência, a contratualização e a terceirização – que é um grande mal para o nosso Município – na cozinha, na higienização das escolas, na portaria, etc. Com dois meses de prestação de serviço nós já tivemos problemas com duas empresas: Agil Eirele e Suporte. Terceirizar no sentido de “não vamos fazer concurso público, é muito oneroso ter servidor público”, terceiriza para tu veres o prejuízo que dá para os cofres públicos! E a falta de dignidade, porque uma cozinheira

que ganha R\$ 1.200,00 por mês para garantir a alimentação dos filhos da classe trabalhadora – e é um absurdo ganhar R\$ 1.200,00 por mês –, quando era contratada diretamente pelo Município tinha o dobro desse salário, ou seja, metade fica com a empresa pilantra que não garante os direitos trabalhistas nem respeita os contratos com o Município. Aí eu questiono: quais os vereadores do governo fiscalizam isso? Quem está à disposição para dar assessoria política e assessoria jurídica para essas trabalhadoras? Vocês criam uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada e depois deixam essas pessoas a Deus dar. A mesma questão com a fiscalização dos contratos das empresas de ônibus: quem fiscaliza tudo isso? Com certeza não é a Câmara de Vereadores, com certeza não são aqueles e aquelas que estão votando, novamente, nessa destruição dos nossos equipamentos públicos, que são a memória da nossa cidade, os servidores.

Nesse sentido, a importância da valorização, a importância de concurso público, pois até para terceirizar tem que ter concurso público, até para terceirizar tem que ter RH, e hoje na SMED não tem RH para fazer a baixa das carteiras assinadas, hoje a Secretaria de Administração e Patrimônio também não tem recursos humanos para garantir a folha de pagamento de todos esses servidores, hoje a Procempa também sofre com falta de servidores para emitir todas essas folhas de pagamento, ou seja, é um problema nítido. O secretário André Barbosa tem acordo com isso, o secretário adjunto Mario, da Educação, tem acordo que não há servidores suficientes nem para garantir a política que o governo vem adotando, que é terceirizar tudo. É uma vergonha, e a gente tem que seguir denunciando.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 43, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Ver. Cassiá, com todo o respeito, eu estou utilizando a tribuna. Gostaria muito que o senhor tivesse mais respeito com a colega que utiliza a tribuna.

Eu utilizo a tribuna para criticar as emendas do governo. Nós estamos encaminhando aqui a Emenda nº 43, que garante a reposição dos índices inflacionários ao serviço público. Nós vivenciamos uma pandemia, nós estamos falando aqui de uma série de serviços públicos que precisam ser reforçados e garantidos, e isso também fala sobre a condição do cotidiano do servidor. Eu sou filha de funcionária municipal, eu sou filha de uma trabalhadora da limpeza urbana, minha mãe é gari, na ativa, trabalha ainda hoje, e tem um salário a cada dia defasado. Estou falando de uma mulher que é trabalhadora da limpeza urbana da cidade, mas poderia estar falando aqui de cada trabalhadora da educação, que tem dado a vida para não perder o vínculo com seus alunos. Poderia estar falando de uma trabalhadora da saúde, que enfrenta o sucateamento da saúde e do serviço público. Poderia estar falando aqui de diversas

áreas, de áreas que têm sofrido com essa redução de Estado. Falar da reposição do salário da trabalhadora, do trabalhador é também falar da qualidade do serviço que a gente vai apresentar para a população. Quando a gente fala da educação, e a gente fala de projetos de extensão do trabalho da educação – e está aqui uma professora que tem um projeto lindo com esses alunos –, a gente está falando não só daquela carga horária que está ali dentro da carga horária do trabalho. A gente está falando de uma doação, que, por diversas vezes, não tem base no salário. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras têm tido gradativamente o seu salário defasado, e o seu poder não só de compra, mas de manutenção da existência destruído. Nós estamos falando de uma cidade que empobreceu na área popular, mas que enriqueceu nos grandes centros econômicos. A gente está falando da concentração de renda, de pessoas que não vivem o cotidiano das nossas comunidades. É como se a gente criasse duas cidades; uma que se desenvolve plenamente e uma cidade que vive o sucateamento do poder público, que vive o sucateamento de quem entende que essa não é uma área fundamental. Quando eu entro dentro do Postão da Cruzeiro e eu vejo o que passam aqueles trabalhadores – e o que passam também aquelas pessoas que estão sentadas ali esperando horas, porque não tem profissional suficiente – porque não são bem remunerados. É! É disso que nós estamos falando, de garantir ao servidor e à servidora condições mínimas de trabalho e de dignidade. Eu não estou aqui defendendo individualmente os trabalhadores e trabalhadoras ou o recurso que os vereadores inclusive têm bastante acesso aqui, mas eu estou defendendo a manutenção da existência de trabalhadores e trabalhadoras que vivem o cotidiano da cidade, que garantem o bom serviço público. É importante essa emenda que já foi apresentada no ano passado, e infelizmente ela não veio com garantia na LOA, e aí a gente tem que vir aqui mais uma vez e dizer para o Executivo, Ver. Oliboni, que é fundamental a reposição inflacionária para que o trabalhador e a trabalhadora tenham condições de ir até o trabalho, de garantir a sua existência, a manutenção das suas famílias. Infelizmente o óbvio precisa ser dito diversas vezes. Nós não estamos falando aqui, nós não estamos falando aqui de grandes aumentos, de larga escala, de grandes impactos, nós estamos falando do mínimo, da manutenção da existência desses trabalhadores.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicita por esta presidência, a Emenda nº 43, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras. Eu não apresentei muitas emendas, apresentei 13 emendas. Treze emendas solicitadas pela sociedade. Foi a primeira que tratava de uma escola infantil, não aceita; uma segunda o governo vai se reunir com o

povo lá da Conceição, da Paineira, queira Deus que dê certo; outra emenda que também foi derrotada, que trata da reposição salarial do servidor público não foi aceita pelo governo; e a terceira emenda que é de extrema importante também, sugerida pelo Conselho Municipal de Saúde. O Conselho Municipal de Saúde que representa o controle social de Porto Alegre, pede recurso para a Conferência Nacional e Municipal de Saúde. O recurso destinado para esses fins é zero, não aceita pelo governo numa ideia de o governo contemplar, todas as conferências foram até então contempladas pelo governo. O atual governo Sebastião Melo entra no *ranking* de ser um dos governos que não aceitou nenhum subsídio para Conferência Municipal de Saúde e a nacional. Isso é inédito, é inédito, podem observar. Eu estava falando há pouco com o Mauro Pinheiro, até no governo Marchezan foi aceito; neste governo, não foi aceito. Olhem só a discrepância, é um governo pior que o outro, mas, às vezes, um se iguala ao outro ou um é pior que o outro. E a sociedade, onde fica? A não ser... Este é o único espaço que temos para protestar, nos indignar, questionar, dizer ao governo que está errado, e o governo fica numa inércia. Vocês estão ouvindo e vendo os líderes ou a bancada do governo falarem aqui na tribuna? Não! As inúmeras emendas que nós apresentamos, parece que nós estamos falando para as paredes, mas estamos falando com a sociedade. A sociedade vai poder ver e ouvir o que nós estamos falando. Nós estamos interagindo, Ver. Bosco, para poder dizer à sociedade que nem o controle social é reconhecido. É um recurso pífio, eu diria, pequeno, R\$ 150 mil para poder pagar a necessidade da realização da Conferência Municipal de Saúde, que começa no ano que vem e irá acontecer em todos os governos, sempre aconteceu. Aliás, no governo federal, nesse último mandato, não aconteceu nada, nada de novo. Tudo de pior aconteceu, mas nada de novo. Agora, vão voltar a acontecer as conferências nacionais que vão traçar as diretrizes da política do Sistema Único de Saúde e vão chamar todos os Conselhos Estaduais de Saúde, todos os Conselhos Municipais de Saúde para implementar a política discutida pelo controle social. Infelizmente, o governo atual... Porto Alegre vai ser uma das únicas capitais que infelizmente foi contra poder subsidiar a Conferência Nacional e Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde, que representa o nosso querido povo de Porto Alegre, mas a nossa luta continuará com certeza, continuará a cada emenda e a cada momento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 107, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos às Emendas nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264, destacadas, ao PLE nº 030/22, do Ver. Jonas Reis.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Consulto o Ver. Jonas Reis se podemos formar um bloco. (Pausa.) Deu acordo.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264, destacadas, ao PLE nº 030/22. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Enquanto isso registramos a intenção da Ver.^a Fernanda Barth em votar “não” na emenda anterior. Também registramos a intenção da Ver.^a Comandante Nádia em votar “não” na Emenda nº 42.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco de votação composto pelas Emendas nºs 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264, destacadas, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o bloco por 12 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 319, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 320, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 321, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) O Ver.^a Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom dia presidente, bom dia colegas vereadores e vereadoras, bom dia população de Porto Alegre que está presente nesta Casa e que nos acompanha pela TVCâmara. Essa emenda da Ver.^a Daiana tem como objetivo fazer uma justiça urgente em relação aos investimentos à Casa da Mulher Brasileira. Nós sabemos que o feminicídio é uma chaga do nosso país e que precisamos de políticas públicas para defesa e inclusão das mulheres, sabemos da desigualdade salarial, da misoginia que atinge o nosso país, e é chocante que a Prefeitura tenha direcionado somente R\$ 10 mil para esse importante projeto. O nosso mandato, no ano passado, indicou, nas emendas impositivas, um valor relevante para construção da Casa de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência, projeto que, finalmente, saiu do papel no mês passado. Parabenizamos o secretário de desenvolvimento social, parabenizamos a Prefeitura e, também, sentimo-nos orgulhosos de fazer parte da iniciativa de um projeto indicativo, aprovado nesta Casa por unanimidade. Parabéns a quem participou dessa iniciativa, mas, neste momento, nós pedimos a sensibilidade do Prefeito Sebastião Melo, da sua base governista, para que esse projeto, para que essa emenda não impositiva possa ser aprovada por sua justiça em relação às mulheres, pela justiça social, pela proteção das mulheres vítimas de violência, pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, por uma sociedade mais igualitária, menos machista e que

compreenda a importância das políticas públicas de um investimento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em espaços que tenham esse objetivo. Esse é o pedido da bancada do Partido dos Trabalhadores, e eu tenho certeza de que é o mesmo pedido de todos os vereadores e vereadoras do nosso campo democrático, do campo da esquerda e de oposição à Prefeitura de Porto Alegre, que pede, neste momento, a compreensão e também o ajuste, aumentando esse valor para R\$ 150.000. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 321, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Bom dia, colegas. Mais uma vez, estou usando esta tribuna para defender uma emenda que eu acho fundamental para que Porto Alegre possa falar de uma política de combate à violência e, para que se consiga consolidar uma política para as mulheres, é fundamental que esta emenda seja aprovada. O Executivo Municipal colocou, no Orçamento, uma proposta de R\$ 10 mil para uma política de implementação de combate à violência que dialogue com as mulheres. Na minha opinião, é uma vergonha total. Quando nós falamos da Casa da Mulher Brasileira, nós estamos falando de uma política integral de atendimento às mulheres em situação de violência, em situação de vulnerabilidade. Aqui nesta Casa, a Ver.^a Nádia foi coordenadora da Patrulha Maria da Penha, e sabe o quanto uma política de atendimento às mulheres é fundamental para que a gente consiga proteger a vida das mulheres. Num Estado em que a violência e o feminicídio crescem e matam as nossas mulheres, Porto Alegre não tem uma política efetiva de proteção e cuidado com as nossas mulheres. É tão surreal utilizar a tribuna para defender uma emenda de R\$ 150 mil, nós estamos falando de uma política tão fundamental, mas quando tu olhas, no Orçamento - e é por isso que eu defendo o orçamento enquanto instrumento político de diálogo com a cidade -, uma rubrica de R\$ 10 mil, tu vêes que as mulheres não são fundamentais e não têm o entendimento do Executivo de que são. Nós estamos propondo essa emenda de R\$ 150 mil. Porto Alegre vai ser cobrada pela sua inércia nessa política. Não pensem que as mulheres não estão de olho aqui nesse plenário. Acho que nós temos a oportunidade de apresentar uma política efetiva que dialogue com as mulheres. A construção da Casa da Mulher Brasileira é também a possibilidade de conseguir entender a complexidade e a necessidade das políticas públicas que atendam as mulheres. Falar de mulher não é só falar desse estereótipo feminino, mas falar de quem comanda as nossas famílias brasileiras; é falar de quem mantém o pulso firme, seja garantindo a alimentação, seja garantindo a ida das nossas crianças à escola, a manutenção das nossas famílias. Às vezes, eu sinto que a gente está aqui se esmerando, tentando lutar por uma política efetiva, mas que tem uma parcela dos vereadores e das vereadoras que, simplesmente, não entendem a necessidade de ter uma política efetiva para as mulheres. Eu fui de uma casa violenta, eu fui de um lugar que não me preservou

e não preservou também a minha mãe e eu entendo o quanto uma política como essa pode proteger crianças que, como eu, não precisam ser tão violadas pela sociedade, e que, sim, também é responsabilidade do Executivo. Quem se omite, pactua; quem pactua também tem a responsabilidade. Espero que os vereadores e as vereadoras não pactuem com essa Porto Alegre que nega o direito das mulheres de ter sua vida assegurada, que nega o direito dessas famílias de ter a sua manutenção e a sua existência assegurada. Espero que os vereadores e as vereadoras entendam a importância dessa emenda, porque nós vamos sair daqui... Eu vou ser uma das pessoas, uma das vereadoras eleita deputada democraticamente por esse Estado que vai apontar cada um e cada uma que votou contrário a essa emenda, porque eu entendo a importância dessa política. Essa é uma política pública fundamental para a cidade, fundamental para uma cidade que entende a importância... Não adianta fazer discursinho lá fora, é preciso que se materialize no voto, aqui dentro, e é por isso que eu defendo essa emenda. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 321, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, ouvindo atentamente as manifestações e até a última manifestação da Ver.^a Bruna, digo que, como relator da matéria, eu me manifestei contrariamente a essas emendas, manifestei-me contrário, por quê? Porque nós temos 18 emendas, Ver.^a Bruna, que retiram recursos da publicidade, todas, R\$ 115 milhões. Ora, claro que somos favoráveis à emenda dos R\$ 150 mil para as mulheres; agora, no contexto todo, no conjunto de emendas, técnica, jurídica e politicamente, foi praticamente impossível de aprovar, por quê? Porque, se nós temos 15, 18 emendas, quais as emendas que nós vamos aceitar? Portanto, Bruna e Daiana, o que acontece? Como foram rejeitadas diversas emendas, e agora eu me refiro à base do governo, é possível que a esta emenda se vote “sim”, e vou votar “sim”, porque não serão R\$ 150 mil que irão prejudicar o conjunto todo das verbas de publicidade. Portanto eu vou votar favorável à emenda, é por isso que eu estou aqui justificando. Meu parecer foi contrário a todas, pelo tamanho das verbas, Ver. Cassiá, que se retirava da publicidade, era impossível; agora, para uma emenda específica de R\$ 150 mil, vamos votar favoravelmente, até em razão da referência às mulheres do município de Porto Alegre. Aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 321, destacada, ao PLE n° 030/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Subo nesta tribuna para priorizar o aumento dessa emenda, uma vez que é algo que é muito caro e importantíssimo para nós, enquanto sociedade, a redução da violência. Obviamente que eu gostaria de estar aqui falando num outro contexto, gostaria de trazer uma perspectiva muito mais atenuada dessa relação da violência contra os corpos das mulheres, que, constantemente e cotidianamente, vivem uma relação direta com a violência, com as violências produzidas e promovidas por um Estado, que, ora fechando esse círculo, a gente novamente se confronta com isso, com a falta de investimento. Eu gostaria de estar pautando aqui um processo educacional, muito mais ameno, que falasse numa perspectiva de ampliar as possibilidades de as mulheres viverem sem a necessidade desse enfrentamento constante das violências, porém não é essa a realidade. A realidade é muito dura, e ela fala todos os dias nesses indicadores que tendem a aumentar. Então, nós precisamos ter um espaço para o acolhimento adequado para que seja feito um cuidado, uma rede que seja ativa, e, para isso, é preciso investimento. É impossível – é impossível – a gente falar que, numa capital do Estado, sejam destinados R\$ 10 mil – somente R\$ 10 mil - para esta Casa. Isso tange ao absurdo do descaso, da negligência que se acentua por conta desse valor. Então é importantíssimo que aqui nós venhamos a debater a ampliação, o aumento deste valor que está sendo destinado. Pois, se não houver isso, de fato, é só para dizer que priorizaram, mas que definitivamente não vai servir para nada, porque é um recurso ínfimo diante das necessidades que nós temos. Olhar para isso é, em definitivo, fazer esse enfrentamento real contra essa violência que só aumenta. E também precisamos debater esses recortes, que são recortes específicos; as especificidades, neste momento, são necessárias de serem trazidas para o debate. Eu novamente aqui ressalto: gostaria de estar numa outra perspectiva, ampliando educacionalmente para que isso não ocorresse, falando de espaços de formação, falando da geração de emprego e renda, falando da amplitude real dessa sociedade, que obviamente não seria a mesma se não fosse esse aumento gritante da desigualdade e das violências contra esses corpos. Eu gostaria muito de estar aqui ocupando esse espaço, trazendo essa perspectiva, mas como ainda não é possível, e óbvio, como esse círculo se fecha, a gente entende que isso é por conta das prioridades

políticas, das mesmas que, neste momento, questionam e evidenciam que tem aí um certo descaso e uma distância gigante daquilo que compreendem como prioritário, encaminhando um valor ínfimo. Eu faço essa defesa, porque sei da necessidade. Venho de um trabalho oriundo das ruas com mulheres vítimas de violência e vulnerabilidade extrema, e sei muito bem o quanto impacta ter espaços de qualidade que fomentem o cuidado e se articulem com a rede, e uma rede efetiva. Essa é nossa responsabilidade enquanto legisladores, é a nossa responsabilidade enquanto representantes do povo. Aqueles que se omitem, que se ausentam, só vem aí a ressaltar a perpetuação dessas violências. Não quero carregar e não vou carregar isso comigo,

pois sei da responsabilidade, luto por elas neste período em que nós estamos aí, em meio aos 21 dias de enfrentamento às violências com as mulheres que sofrem com corpos marcados e que não conseguem se sobrepôr a isso por conta das prioridades políticas. Neste período eu faço esse chamamento. Eu clamo para que vocês olhem de forma responsável o que definitivamente nós devemos estar aqui pautando, que é pela vida das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 321, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, para complementar os dados e o debate político que foi feito aqui pela Ver.^a Bruna e pela Ver.^a Daiana, desde o início do ano, no Rio Grande do Sul, a gente teve 41.600 casos de denúncias de violência contra mulher; 6.534 somente em Porto Alegre; desses, 2.500 de violência, ameaças, 1.827 de lesão corporal e 7 feminicídios. A gente tem uma procuradoria nesta Casa, eu já fui procuradora da Câmara Municipal, procuradora da mulher, a gente passa pela mesma dificuldade de não ter um estagiário, de não ter uma psicóloga, de não ter uma assistente social. Não é de hoje que a gente conversa com DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher -, e a análise é de uma desarticulação na rede de acolhimento. Ao mesmo tempo, o Brasil, como um todo, avança na campanha da denúncia, e aí a gente chega num lugar comum, que é tu denunciastes, mas tu não teres uma rede para acolher toda essa demanda que vem se acumulando. Então, tem que ter política relacionada à assistência, à casa de acolhimento, tem que ter política relacionada à área da saúde, tem que ter psicólogo, assistente social, enfermeiro, plantonista. Tem que ter política em relação à segurança pública, temos de saber se vamos colocar as viaturas da Guarda à disposição para fazer o deslocamento das mulheres da periferia para fazer a denúncia na DEAM. Infelizmente, a gente só tem uma delegacia especializada e é central. Olha o custo da passagem! Tem que ter política de reeducação, educar os nossos meninos, educar os nossos jovens para que saibam que mulher não é propriedade do homem. Ou seja, a gente precisaria debater a questão da violência contra a mulher em diversas frentes: saúde, assistência social, segurança pública, educação e, infelizmente, com R\$ 10 mil, governo Melo, a gente não consegue sequer promover campanha de denúncia, campanha de comunicação. É muito menos do que está se destinado para comunicação da pasta do gabinete do prefeito! Olhem as prioridades! As mulheres é o percentual maior na cidade de Porto Alegre, somos nós que trabalhamos, que pagamos nossos impostos, que levamos a cidade nas costas e que estamos sendo violentadas por uma política, e aí não é só o homem lá na ponta que executa a violência. É uma política institucionalizada por parte do Estado, e isso se repete governo a governo: migalhas para a pasta de combate à violência às mulheres; migalhas para fortalecer uma rede que há muito tempo vem pedindo socorro. Então,

qual a responsabilidade que a gente tem com o Agosto Lilás? Qual a responsabilidade que a gente tem com a Procuradoria que constituímos nesta Casa, cuja presidente é a Mari? Nós não temos uma estagiária, nós não temos um psicólogo, nós não temos um assistente social, nós não temos uma política de comunicação de campanha que conscientize os homens, os meninos, os avós, os padrastos, os filhos, os netos... E as estatísticas estão aí, o Rio Grande do Sul lidera o *ranking* desse tipo de violência, Porto Alegre recebe muitos casos da região metropolitana, as mulheres denunciam e acabam sendo assassinadas por consequência. Temos responsabilidade por aquilo que a gente debate nesta Câmara de Vereadores, e aí a contradição, galera, a contradição que é a Câmara de Vereadores mais feminina do Brasil... Aí me falam “tem que votar em mulher”, “votem em mulher”, “tem que ter mais mulher dentro do poder”, “tem que ter mais mulher dentro da institucionalidade”, e eu questiono: o que que nós avançamos na política de creche? O que que nós avançamos na política de combate à violência? O que que nós avançamos em combate à terceirização que massacra a categoria feminina na nossa cidade de Porto Alegre? O que nós avançamos ao ter mulheres eleitas na Câmara de Porto Alegre, a Câmara mais feminina do Brasil. É essa a contradição, tem que ter compromisso com a nossa agenda política, das mulheres trabalhadoras, das mulheres que batalham; senão, não nos representa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 321, destacada, ao PLE n^o 030/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente, colegas vereadores e vereadoras; importante subir também à tribuna, uma vez que as vereadoras da oposição aqui subiram, importante também uma vereadora de direita estar falando sobre esta pauta que diz muito respeito, sim, a esta vereadora. Gostei de ouvir a Ver.^a Bruna dizendo que a Patrulha Maria da Penha diz respeito à Comandante Nádia. Vejam bem, eu tive a criação da patrulha em 2012; muito obrigada, Ver.^a Bruna, porque, até então, diziam que não era minha, a patrulha. Olhem como as coisas mudam, no tempo de eleição, não lembro, no tempo de voto, as coisas mudam, e aí as falas são mais mansas, as falas são mais moderadas, são mais amigáveis, mas eu quero deixar bem claro, inclusive para os vereadores homens, que não se sintam constrangidos, porque não vai ser R\$ 150 mil que vai fazer grandes diferenças. Aliás, eu gostaria de saber por que as vereadoras que aqui vieram falar de R\$ 150 mil, de uma emenda do Executivo, não fizeram o repasse das suas emendas impositivas. Se é tão importante a causa das mulheres, por que as emendas impositivas das vereadoras, que aqui vêm querer que o governo repasse R\$ 150 mil, não foram repassadas por cada uma das vereadoras. Por quê? Porque, na verdade, é bom meter a mão na grana ali de outra pasta para contemplar as suas questões politiqueras, não são verdadeiras. Então, eu quero deixar bem claro que é importante, sim, a questão da violência doméstica, é algo que

acontece não apenas em Porto Alegre e outros municípios, no nosso Estado, no Brasil, também em outros estados. Mas, nós votarmos contrariamente, neste momento, a essa emenda não significa, em nenhum milímetro, que os autores desta Casa não se importam com a violência doméstica, mas, sim, que são os vereadores que estão aqui, Ver. Janta, nosso líder do governo, fazendo com que a coisa ande, conforme o estabelecido pelo prefeito e suas secretarias, para que todas as áreas sejam contempladas. Tem vereadores que botaram várias emendas infelizmente; gostariam provavelmente de ser do Executivo. Aqui nós temos, sim, que ver o tamanho do cobertor. Não adianta querer atender a todas as áreas, inclusive aquelas que fazem parte, exatamente, das questões eleitoreiras dos vereadores que sobem a esta tribuna querendo angariar votos com as suas emendas que não fazem nem cosquinha a quem se destina. Então, continuemos, sim, firmes e fortes pelas questões que nos dizem respeito. Temos aqui a Ver.^a Mari Pimentel, que é a procuradora desta Casa, e, vou dizer, fez muito mais do que outras vereadoras que vêm aqui só falar, falar, falar e não agem com ações afirmativas. Fica a sugestão para as vereadoras que estão tentando, de uma certa forma, constranger os vereadores que não vão votar a favor desta emenda, que são contrários à violência doméstica e que não têm nada que ver. Então, vem uma vereadora mulher aqui, que é a criadora da Patrulha Maria da Penha, sim, porque a Patrulha Maria da Penha é da Brigada Militar e não é de nenhum governo, não é de nenhum partido. Violência doméstica diz respeito à todas as pessoas, não é uma bandeira da esquerda, não é; é uma bandeira de todas as pessoas não querem que violência de gênero algum aconteça em Porto Alegre. Portanto, eu encaminho o “não” a essa emenda muito convicta de que muito eu tenho feito e de que muitos vereadores, nesta Casa, fazem mais do que usar esta tribuna como uma atitude politiqueria e não resolutiva do problema da violência doméstica. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 321, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 322, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez, colegas, utilizo a tribuna para falar de uma política que deveria ser natural, infelizmente o óbvio precisa ser dito a todo tempo. Eu queria fazer algumas correções antes de entrar no mérito da emenda, a Ver.^a Comandante Nádia utilizou a tribuna para dizer que eu falei que ela era responsável pela Patrulha Maria da Penha, uma forma distorcer e fazer com que a população entenda o que não é real. A Ver.^a Nádia, dentro do governo Tarso, um governo petista, progressista, teve uma série de ascensões; a partir dessas ascensões, ela foi a coordenadora da Patrulha Maria da Penha, não implementada por ela, foi uma política de gestão, de governo. É importante dizer isso, porque, hoje, a vereadora é a

que defende contrariamente a uma política efetiva para a vida das mulheres. Olha o contraditório, fala que a política progressista é a política que não tem lado, faz discurso de uma série de outras coisas, mas, quando tem a oportunidade de defender a vida das mulheres, vem aqui defender o contrário. A população precisa acompanhar, precisa entender quem de fato defende as mulheres e quem vem aqui fazer discurso. A Patrulha Maria da Penha foi uma política progressista de um governo popular que entendeu a importância de defender a vida das mulheres. E agora nós apresentamos uma emenda que fala da diversidade, da importância de o povo conseguir se manter pleno, ter vida. Uma parcela da população não tem nem o direito de ter sua identidade garantida. Nós temos uma previsão orçamentária de R\$ 2 mil para uma rubrica tão fundamental é simplesmente desconsiderar a importância dela. Por isso que venho aqui, para que a gente consiga ter dimensão do impacto do discurso de vereadores que não têm compromisso com a cidade. A emenda anterior falava sobre uma política que é de vida, garantir a vida das nossas mulheres, garantir uma política efetiva. E os vereadores me olham cara de fome; eu tenho muita disposição de defender os direitos da população, estou muito tranquila, depois eu mato minha fome; primeiro eu defendo os direitos do trabalhador, da trabalhadora e do povo de Porto Alegre. Tenho muita disposição, porque nós estamos falando de oportunidades, janela de oportunidades, de implementar políticas fundamentais e de garantir a presença do Legislativo nessas políticas. Nós temos a oportunidade de protagonizar uma política que garanta a diversidade na nossa cidade, ou é discurso quando a gente apresenta políticas de diversidade dentro do orçamento? É só para dizer que ali que tem, assim como é discurso vir aqui dizer que não adianta garantir R\$ 150 mil para políticas que garantam a casa da mulher brasileira. A gente precisa ter mais compromisso com a vida do nosso povo; a gente precisa ter mais compromisso com a dignidade do nosso povo, porque R\$ 2 mil não garantem nem o salário de um trabalhador ou de trabalhadora, que dirá uma política, a manutenção de uma política.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 321, destacada, ao PLE n^o 030/22, como autora.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Dois mil reais, menos de dois salários mínimos; esse é o valor que é destinado para as políticas da diversidade. Da mesma forma como venho aqui fazer... eu acho que eu vou iniciar falando justamente isto: existem alguns vereadores que sobem aqui e falam que é política eleitoreira criada pela esquerda, numa perspectiva da não real garantia dos direitos, tentam tensionar para que essa seja uma verdade para a população. Pois entendam, não será desta forma, não será dessa forma em definitivo, porque agora temos a possibilidade de evidenciar isso para toda comunidade, principalmente para aqueles que sofrem ataques por que não são prioridades políticas. E falo isso sem medo algum,

porque sei muito bem o lado que eu estou e a posição que eu ocupo, que é uma posição que nunca, nunca, em nenhum momento, foi movida por conta desta forma rasa de um debate sem conhecimento que, por muitas vezes, é proposto. É um absurdo nós não conseguirmos organizar, minimamente, um orçamento para ser ampliado, porque alguns vereadores e vereadoras se sentem ofendidos pelas pautas. Quem as prioriza para que se tenha um avanço da sociedade, quem prioriza que seja prioridade estabelecer uma relação direta com o investimento para ascensão da população não fica questionando dessa forma rasa, dessa forma tão limitada as questões que são essenciais para mudança nesse cenário. Quando nós falamos da necessidade, como foi dito nessa última emenda rejeitada, e da importância do movimento de mulheres, é importante as bases saberem disso. Foi rejeitada uma emenda para o aumento, para o avanço, para a possibilidade da efetivação das políticas públicas para as mulheres de forma muito mais consistente e foi rejeitada, porque aqueles e aquelas que se dizem defensores das mulheres priorizaram o não aumento. Então, mantém-se R\$ 10 mil – absurdo. Agora, venho aqui fazer a defesa da ampliação de R\$ 2 mil para R\$ 150 mil para as políticas da diversidade. Compreendemos que, se não há um debate estruturado nessa perspectiva da educação, como uma base que compreenda a necessidade dessa diversidade, da pluralidade e aceite que nós somos uma sociedade plural e diversa e que precisamos ter tal investimento, nós estamos fadados, novamente, a criar, no cerne daquilo que deveria ser o centro do debate, da questão, da vida da população, um fracasso, enquanto legisladores, porque ainda se tensiona, de forma fragmentada e, principalmente, polarizada, aquilo que é centro da sociedade. Não estou levantando bandeiras, estou aqui falando da diversidade que compõe a sociedade porto-alegrense, da diversidade que é uma realidade nessa sociedade. Quem não entendeu isso que se posicione contra, mas que depois faça aquilo que eu faço muito bem: sustente quando a conta chegar. Não adianta fazer a defesa, falar bonito, levantar bandeiras, dizer que isso é de cunho ideológico. Sim, definitivo, nem isso vocês entendem, a razoabilidade dessa questão não pode se sobrepor à necessidade de investimento na população. A diversidade merece respeito, a pluralidade merece respeito, e nós vamos lutar até o último momento, mesmo que, covardemente, nos derrotem com essa narrativa rasa daquilo que, definitivamente, não é a realidade. Coloco-me à disposição, inclusive, para que cada um que não compreendeu a importância desta emenda venha falar comigo. Só não sejam irrazoáveis, só não sejam tão limitados de negar sem ao menos conhecer a importância desta emenda para ascensão de uma sociedade diversa, plural e inclusiva. Trazer isso como parte daquilo que nos sustentamos, enquanto política, é, sim, olhar para todo um contingente que já vem sendo massacrado pela violência, pela falta de oportunidade e por uma relação de desigualdade de acesso. Anulação e a invisibilidade matam; nós estamos pautando o mínimo que se pode pautar nessa Casa. Espero que vocês compreendam a importância disso e não coloquem como cunho ideológico aquilo que é para a sociedade porto-alegrense.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n^o 322, destacada, ao PLE n^o 030/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, gente, eu acho bem complicado a gente ter um Orçamento Participativo organizado para discutir, de forma descentralizada, uma parte mínima do Orçamento, e a gente ter que discutir toda política de 2023, R\$ 10 bilhões, em um turno e de uma forma extremamente acelerada. Então, isso aqui é só para legitimar algo que a gente já sabe que vai ser aprovado, mas a gente não quer abrir mão de fazer o debate político, porque o povo de Porto Alegre, as pessoas que têm depois, lá no seu dia a dia, aquele questionamento de por que é que as coisas não mudam, eles têm que saber que não é somente um debate técnico, é um debate, em última instância, econômico.

E as opções que estão sendo feitas, na manhã de hoje, dizem muito sobre a desigualdade. E o debate em relação às violências às mulheres, à população LGBTQIA+, a negros e negras, indígenas diz muito sobre essa concepção de estado mínimo, que é uma marca do governo Melo; o desmonte, a concessão, a parceria público-privada, as terceirizações. Só que o governo Melo e os liberais não entendem que debater estado mínimo numa colônia como o Brasil, num país subdesenvolvido, com desigualdades extremas, defender estado mínimo no Brasil significa defender uma política de desassistência e conseqüente morte. A gente vem tentando juntar essas peças para que a população compreenda: a desassistência, a priorização de colocar R\$ 15 milhões em publicidade do gabinete do prefeito, R\$ 6 milhões para a construção de um projeto para o 4^o Distrito e R\$ 2 mil para a política de combate à violência à população LGBTQIA+, isso é uma política de morte! E esse estado mínimo que, infelizmente, é sustentado pela população, porque é mínimo para o povo, é mínimo nos direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado, mas nós temos um governo que faz a gestão deste Estado para o grande capital, então isenta imposto da Fraport, da pista do aeroporto, isenta imposto para as empresas de transporte coletivo da cidade, não cobra as dívidas de IPTU e ISSQN, drena o dinheiro pago pela periferia para colocar equipamento público para bairros que já são superprivilegiados, como o Menino Deus, Bom Fim, Mont' Serrat, Três Figueiras, onde não falta água, não falta luz, tem calçamento, tem acessibilidade. E a cidade vai se desenvolvendo dessa forma. O povo tem que esperar 20, 30 anos para resolver um problema da Idade Média, que é não conviver do lado da própria merda, as pessoas não têm esgoto, as pessoas não tem uma rede mínima de acolhimento para conseguir levar suas demandas adiante, a não ser o Orçamento Participativo, que, de novo, cada vez mais, traz migalhas. Aí tu tens que decidir se tu queres a vaga na creche ou se tu queres o asfaltamento; tens que decidir se tu queres professor na escola ou médico no posto de saúde. São essas as condições que, infelizmente, o governo Melo – para nós, oposição, não surpreende - vem colocando para a população. Meio turno para debater orçamento de R\$ 10 bilhões, uma falácia, uma ideia de democracia ao ser discutido o OP, pois é uma parte muito irrisória do nosso orçamento, Ver. Jessé Sangalli, e nos coloca na contradição de ter que debater

tudo muito acelerado, porque hoje tem jogo do Brasil, e os vereadores estão com fome. Então, mais respeito com Erário, mais respeito com o nosso orçamento, mais respeito com as pessoas que pagam o nosso salário.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 322, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, é importante ressaltarmos que a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 2º, fala que são independentes e harmônicos entre si o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. É a teoria de Montesquieu: freios e contrapesos. E é por isso que cada vereador tem R\$ 1,4 milhão de emendas impositivas. Temos aqui, por exemplo, uma oposição, 10 vereadores muito bem organizados, e, somando as emendas dos vereadores de oposição, nós temos R\$ 14 milhões que podem ser aplicados onde eles bem entenderem, apenas falta organização. Eu quero elogiar o governo Melo pelo seu empenho, pelo seu trabalho das 6 horas da manhã até a meia-noite, somos sempre bem atendidos pelos secretários. É incrível que o secretário atende o vereador da base, o vereador da oposição... A gente até reclama que, às vezes, os vereadores da oposição são mais bem atendidos do que os vereadores da base. Então, para fazer justiça aqui: não é certo, não é justo, não é legal dizer que o governo Melo não atende a oposição. Faz parte do poder discricionário, por uma questão de conveniência e oportunidade para a administração, aplicar os seus recursos em determinadas áreas. Então, se cada Vereador entende que o orçamento está sendo aplicado de maneira equivocada, que se juntem os 10 vereadores de oposição e apliquem os R\$ 14 milhões naqueles assuntos que eles bem entenderem. Ressaltando também que Porto Alegre permanece em penúltimo lugar entre as capitais, no que tange ao índice de educação do IDEB. Nós temos que melhorar o ensino em português, matemática, geografia e história; nós temos que preparar os nossos jovens para o mercado de trabalho, para a universidade, enfim, temos de nos preocupar com a base educacional das crianças da nossa cidade, não com assuntos supervenientes, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 322, destacada, ao PLE nº 030/22. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Só avisando aos Sras. Vereadoras e às Srs. Vereadores que é um encaminhamento por bancada.

Em votação a Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Porto Alegre, nesta Legislatura, elegeu a primeira bancada negra da história da cidade. São cinco vereadores e vereadoras que têm na sua essência, um compromisso com a luta antirracista. Nós sabemos que Porto Alegre tem uma dívida histórica com o povo negro e nós conseguimos, a partir do orçamento do ano passado, garantir uma rubrica que conseguisse iniciar um processo de diálogo e de ampliação dessa política, aliás, que iniciasse esse processo de implementação dessa política no Executivo Municipal. E nós estamos falando de uma emenda que destina R\$ 99 mil para ampliação do valor de uma política fundamental à cidade, uma política que a cidade entendeu que é importante, uma representação que a cidade entendeu importante. Afinal de contas, eu me lembro dos primeiros dias, das primeiras sessões, eu me lembro das caras estarrecidas dos vereadores e das vereadoras que se assustaram com a quantidade de vereadores negros e negras, e nós somos cinco. Eu acho que os vereadores precisam entender o recado que a cidade deu ao Legislativo Municipal; não foram só cinco vereadores eleitos, foram também cinco vereadores eleitos deputados. Então, esse compromisso não foi selado somente pela cidade, mas o Estado compreendeu a importância da luta antirracista. E quando eu vejo vereadores aqui fazendo chacotinha com uma pauta tão importante, porque quando a gente olha o estrato social, aquela parcela é a menos favorecida da população, fruto da escravização no Brasil que, inclusive, até hoje, não se reconhece, fruto do racismo estrutural que define a nossa sociedade e que estrutura, inclusive, a relação com esta Casa Legislativa que inicia um ensaio de diálogo com essa camada da população que sempre esteve, de forma muito vulnerável, aqui, que, por diversas vezes, nem nas galerias conseguia se manter presente, mas que garante a limpeza e a manutenção desta Casa Legislativa há muito tempo. Quando eu venho aqui defender esses irrisórios R\$ 99 mil, eu venho defender uma parcela da população que quer se sentir representada e que sabe que o orçamento é fundamental para materializar essa representação. Eu sempre falo que só quem tem um protocolo para existir sabe a importância da luta antirracista. Esses dias, uma vereadora desta Casa fez uma edição de um vídeo que eu fiz, posso citar inclusive, foi a Ver.^a Mariana Pimentel, recortando o vídeo de um debate que eu faço, há mais de 20 anos, nas escolas, sobre a importância de os negros e não negros se somarem na luta antirracista. A vereadora, de forma irresponsável, lançou um vídeo, pelo qual inclusive eu tenho recebido diversas ameaças, por uma pauta que ela não se comprometeu, porque nenhuma iniciativa do seu mandato fortaleceu ou fomentou a luta antirracista. Foi oportunista, quando pegou uma parcela de um vídeo, quando recortou um vídeo para apresentar algo, sendo que ela nem estava presente, porque, se tivesse lá, iria ouvir tantas crianças comprometidas e entendendo que o racismo é uma doença social que nós precisamos combater. Por isso, eu defendo aprovação dessa emenda, para que os vereadores e as vereadoras sejam comprometidos

com uma pauta que a cidade escolheu, porque, afinal de contas, essa fatura vai ser cobrada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, vereadores, vereadoras; bom, a Ver.^a Bruna acabou de lembrar que nós estamos fazendo essa discussão, na verdade, partindo de uma conquista pequena que nós obtivemos no orçamento do ano passado, porque a Prefeitura tinha apresentado uma proposta para 2022 em que o valor para o desenvolvimento de políticas antirracistas da cidade de Porto Alegre era irrisório, cerca de R\$ 20 mil; é um valor irrisório que não permite a gente desenvolver nenhuma campanha de publicidade para combater uma situação que é real na cidade de Porto Alegre. Nós estamos diante da elaboração do novo censo que deve sair no ano de 2023, e a gente espera que Porto Alegre pare de ostentar um título que, desde 2010, a nossa cidade tem: a capital brasileira com a maior desigualdade entre a população negra e a população não negra. Isso é uma realidade na cidade de Porto Alegre, que se deve a vários indicadores relacionados à educação, expectativa de vida ao nascer, a condição dos territórios em que vive a população negra. Aqui na nossa cidade mais de 50% das pessoas que se autodeclaram negras moram em apenas seis bairros: Restinga, Sarandi, Santa Tereza, Partenon, Rubem Berta e Bom Jesus. E são esses bairros onde o IDH da nossa cidade é totalmente diferente daqueles localizados na região central, em que as condições de vida são muito melhores. Então é preciso ter política concreta para o combate ao racismo, e a gente acredita que isso está conectado com todos os debates que nós fizemos aqui desde o início desta manhã, todos os debates. Quando se falou na defesa da recuperação da creche no Morro da Vila Maria da Conceição, Ver. Oliboni, isso é uma política de combate ao racismo, porque as crianças estão desatendidas por essa política de descaso com a educação, e a maioria são crianças negras. Quando nós falamos da necessidade de mais investimentos na saúde pública, de política de combate à violência às mulheres, tudo isso está englobado nessa discussão. É preciso destacar necessidades específicas do povo negro e direcionar a elaboração de políticas para isso. Essa é a necessidade que está sendo debatida, com a ampliação do investimento que neste ano já parte da conquista que nós tivemos no ano passado, que foram esses R\$ 400 mil, mas ainda é pouco, ainda é muito pouco para que a gente possa estabelecer nas escolas municipais de Porto Alegre as políticas de educação para as relações étnico-raciais que têm que atingir o conjunto através de projeto e de ações educacionais voltadas à necessidade de combater o racismo. São muitos os casos que a gente recebe aqui, semanalmente, de situação de racismo nas escolas municipais de Porto Alegre. Também é pouco para que a gente garanta uma política de valorização do patrimônio histórico e cultural do povo negro na nossa cidade. E Isso inclui o retorno do projeto do território dos negros, a sua situação integral

que, desde 2016, não ocorre na cidade de Porto Alegre, assim como a garantia de políticas voltadas por este Executivo aqui, agora. Vejam bem, no último final de semana, Porto Alegre vivenciou a Noite dos Monumentos e quais eram os monumentos que faziam referência ao nosso povo que estavam incluídos nessa agenda? Fica a pergunta. Nós não temos que valorizar a contribuição do povo negro do ponto de vista histórico-cultural? Outras medidas que precisam ser desenvolvidas e que são urgentes para o nosso povo de garantia de formação, a Guarda Municipal de Porto Alegre, numa lógica de combate ao racismo e defesa dos direitos humanos. Para isso ocorrer tem que ter investimento. Nós poderemos ficar aqui o dia inteiro, debatendo as demandas da comunidade negra da nossa cidade. Do ponto de vista concreto, para que a gente tenha equidade na renda, na garantia de direitos educacionais, de saúde, de habitação, direitos ecológicos e ambientais dos quais a nossa população é restringida neste momento, nós poderíamos debater o dia inteiro esse tema, mas agora, neste ponto específico, a proposta é pontual. Ela é pontual, e eu digo, Ver.^a Bruna, ela está aquém ainda das necessidades para que a gente tenha uma política antirracista. Por isso, ela deveria ser acolhida por todos os vereadores; o impacto no orçamento municipal de Porto Alegre, com essa proposta, é muito pequeno, muito pequeno! Os remanejamentos poderiam ser vários, vários, mas nós estamos propondo que a gente comece e continue num caminho de localizar a cidade de Porto Alegre naquilo que hoje deveria ser a prioridade do nosso governo, que é fazer com que Porto Alegre deixe de ser considerada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a capital mais desigual do ponto de vista racial no nosso País! Não há como ser prefeito e se orgulhar dessa situação, Ver. Pedro Ruas, não há! Mas, para deixar de ser assim, eu tenho certeza de que o prefeito não se orgulha disso, mas para modificar tem que ter políticas e, para ter políticas, tem que ter dinheiro no orçamento.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Giovane Byl assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Byl, vereadores; a Emenda nº 553, da Ver.^a Bruna, acho que é importante nós trazermos a realidade dos fatos. Esse valor, ele é destinado ao atendimento ao povo negro da cidade e ações voltadas a políticas antirracistas. Esta emenda, ela é inaplicável tecnicamente, pois existem lá... Porque quando tu fazes a destinação da emenda, tu dizes se ela vai ser de custeio ou para investimento. E a assessoria da Ver.^a Bruna colocou para custeio e, no custeio, nós temos lá, de valor destinado, R\$ 12.004,00, ou seja, o valor não é suficiente para contemplar esta emenda. Então, caso nós venhamos a aprovar esta emenda, mesmo assim, ela terá que ser vetada, porque não tem como executá-la. Então, essa é a

verdadeira realidade, é aquilo que eu já disse aqui, nesta tribuna. Uma coisa é o que a gente ouve, e outra coisa é a realidade dos fatos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores; eu venho aqui, na verdade, num direito de resposta como parlamentar, diante da situação que aconteceu aqui na tribuna, no qual chamaram a minha fala de irresponsável. Irresponsável é nós, parlamentares, irmos em alguma escola e perguntarmos “quem se considera branco”; e perguntarmos “você se sente culpado?” E eu falo aqui porque eu fui a única vereadora aqui, que não fosse da oposição, para reclamar das condições dos recursos da educação. Nós sabemos que quando a gente está lá na periferia, nós estamos nas comunidades, a gente está falando de crianças que são vulneráveis, a gente está falando de políticas públicas que não chegam, e não tem ninguém que seja culpado naquela situação. Eu vejo que naquele discurso estava querendo realmente colocar uma situação que não é a verdade; todos são vulneráveis na Mário Quintana, não são, Byl? Somos, são todos vulneráveis. Nós temos aqui a Ver.^a Karen, junto com a Ver.^a Tanise Sabino, que estão em busca das psicopedagogas para irem nas escolas. A educação é sobre agregar, é sobre convergir, é sobre a gente conseguir entender que estamos todos juntos nessa. Toda criança da Mário Quintana, da Bom Jesus, da Restinga, e aqui eu posso falar em inúmeras escolas, porque eu vou nas escolas, nenhuma é culpada da situação. Se alguém é culpado, podemos ser nós aqui, vereadores, o prefeito, esses vocês podem culpar, mas não vão culpar as nossas crianças. Então, a minha fala aqui é realmente para a gente trazer essa pauta, vamos aqui trabalhar em cima da educação para todos, entender que não existe ninguém culpado diante dessa situação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Essa é uma discussão muito importante no contexto brasileiro, o nosso País foi o último do mundo a abolir a escravização, o País fez a opção da vinda de imigrantes para substituição da força de trabalho escrava e negra. O Brasil, assim como as grandes metrópoles, os países tidos hoje como de Primeiro Mundo, das revoluções industriais e tecnológicas, têm uma dívida com países do tipo do nosso, países que são colônia, países que são dependentes periféricos e subdesenvolvidos. Infelizmente, a gente tem uma elite local que não consegue se enxergar dentro desse contexto inteiro, que se identifica muito mais com os

valores dos Estados Unidos e da Europa do que com os valores do seu próprio povo e não enxerga que somos todos iguais no sentido da biologia. Isso a genética já superou há muito tempo, as teorias racialistas, eugênicas, lombrosiana, de Gobineau. O racismo científico foi elaborado dentro das universidades e foi legitimado justamente para garantir a exploração de África, Oceania e Américas. A genética já superou isso, somos todos biologicamente, geneticamente, socialmente temos diferenças, temos discrepâncias, a gente precisa ter política para encarar essas diferenças, as discrepâncias porque isso diz a ver com este País colônia, extrativista, exportador de insumo primário que não garante emprego para todos e todas e que ceifa vidas de uma parte massiva da sua população, que é a população negra que segue subjetivada, com a morte de uma forma extremamente naturalizada, discussões como: “bandido bom é bandido morto”; “tem emprego, tu que não quis”. Várias discussões que individualizam a questão social que impacta as diferenças étnico-raciais. Porto Alegre é segregada racialmente, isso não é uma questão de opinião, isso não é uma questão de gostar ou não de pessoas negras. Pegando o mapa da cidade podemos ver que a população negra está concentrada na Restinga, na Lomba do Pinheiro, na Mário Quintana, na Rubem Berta, fruto de políticas de remoções que tiraram essas populações do Centro e colocaram na margem, lá onde já não tinham os equipamentos básicos de saúde, de educação, de saneamento. Então criou-se uma situação em que o ciclo de pobreza vai se reproduzido para a comunidade negra que não teve política para ter capacidade de empreender, se desenvolver e competir nas regras de um mercado dependente, subdesenvolvido, colonial, pautado no agronegócio e serviços precários dentro dos grandes centros urbanos. É este o País que a gente vive e é para este País que os legisladores tinham que legislar, pensando a médio prazo, como a gente desenvolve este País para que as pessoas tenham condições de ter acesso aos bens básicos, para ter acesso a uma educação tecnológica, para ter acesso ao emprego. Essa é a discussão da existência do racismo dentro desta colônia, dentro deste modelo, desde que os colonizadores chegaram a exportar insumo barato e importar tecnologia. Então é muito difícil –eu debato isso nas escolas, com crianças da 5ª série ao Ensino Médio – ter que vir para uma Câmara de Vereadores, onde o senso comum da população espera que a gente vai discutir aqui um outro patamar de entendimento em relação aos problemas sociais. Aí a gente chega aqui e a gente tem que discutir a existência dos problemas sociais, porque tem gente que é míope, porque tem gente que vive em bolha, porque tem gente que simplesmente não se importa, porque é, sim, privilegiado desse sistema. Quem se privilegia desse sistema de castas raciais, que existe hoje na cidade de Porto Alegre, tem que ser, sim, denunciado enquanto racista, tem que ser sentir não uma culpa moral, mas quando a gente coloca que os principais devedores do Município, sabe, como é que a gente faz esse recurso retornar para essa população, historicamente marginalizada. Não estamos falando de R\$ 10 mil, de R\$ 2 mil, isso é uma vergonha, não tinha nem que estar no orçamento, não colocasse nada. A gente quer discutir um projeto de desenvolvimento da nossa cidade, em que o negro faça parte. A gente está comemorando aniversário de 250 anos da cidade, e até agora os nossos territórios estão ainda com termos de permissões de uso, tudo pendurado na Prefeitura. Nós não temos os nossos terreiros gravados; os terreiros pagam IPTU; as

igrejas não pagam. A gente não tem uma política de reeducação para o combate à violência racista; não é à toa que os casos, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, eclodem com a vinda da banca da negra para dentro da Câmara de Vereadores, porque a gente está incentivando as pessoas a denunciar. Porto Alegre segue dependendo de uma política dos pares majoritariamente brancos, que não têm um compromisso com a agenda antirracista. É um problema econômico, gente, não é um problema simbólico, moral. Goste ou não de nós, a gente já está aqui dentro; a gente quer debater orçamento e priorizar a Mapa, Restinga, Lomba, no sentido de emprego, não só as migalhinhas do OP ou do Bolsa Família, política de distribuição de renda, emprego para as pessoas terem autonomia, proatividade, desenvolverem-se. Enfim, era isso, Byl.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): É importante ressaltar alguns termos aqui, que talvez passem despercebidos; e como bem trouxeram os que falaram antes de mim, Ver.^a Bruna, Ver. Matheus, Ver.^a Karen Santos, temos aí uma programática, sistêmica, uma organização que acaba inviabilizando historicamente uma parcela da população, essa mesma parcela que se mobiliza, se movimenta, cria elementos muito estruturados que, em 2020, trazem aqui cinco vereadores, sendo que quatro mulheres e um homem negro. Por que tem que trazer isso, como parte dessa defesa, desta fala? Porque talvez passe totalmente despercebido por olhos que sempre se beneficiaram dessa relação do pacto narcísico da branquitude. Se não falarmos sobre isso, acaba ressaltando a possibilidade de invisibilização de políticas, meus colegas, já que estamos aqui no Parlamento, que há bem pouco tempo eram trazidas como parte da construção do nosso País, exemplo, a política de embranquecimento da população. Também já foi citado aqui o processo educacional, pois havia uma política instaurada no Brasil que falava justamente da delimitação de espaços e avanços para que a população negra não pudesse ascender. Estruturalmente falando, dentro dessa realidade, nós temos aí uma relação de desfavorecimento histórica. Aqui nós não estamos fazendo uma defesa em vão, estamos falando de políticas que agora têm a possibilidade de ser reparativas, redistributivas. Nós estamos falando de um orçamento mínimo. Mínimo por quê? Ora, foi feita aqui uma defesa que não cabe dentro da totalidade, na sua verdade, são R\$ 16 milhões de uma rubrica que pode ser utilizada para muito além desse valor que foi dado como única possibilidade. Então a gente precisa estar muito atentos de como isso se organiza, porque, sim, Ver.^a Karen, tens razão, existe uma elite do atraso que não consegue conceber a ideia de que pessoas negras têm – e tem que ser de uma forma real – essa maneira de adentrar a espaços que sejam uma perspectiva muito mais ampliada das condições do que aquelas migalhas – que a senhora muito bem trouxe aqui – ofertadas. A gente vai fazer uma luta de enfrentamento que não é ideológica, é uma

luta real. Nós estamos falando de uma parcela da população que foi colocada em condições de extrema vulnerabilidade por falta das ações políticas porque não era priorizada. Aqui nós estamos fazendo essa defesa para que minimamente seja restaurada, restituída uma relação de um favorecimento em prol da execução. Nós não estamos aqui solicitando aquilo que não cabe, bem pelo contrário, se Porto Alegre tem um movimento que compreende que, diante das suas prioridades na legislação aqui colocada, na verdade, foi feito um levante desse povo preto, de mulheres negras dessa base. Olhando para essa realidade e colocando dentro desta Casa, na participação ativa das suas ações, vereadores e vereadoras. Então a gente tem que, minimamente, compreender que essa não é uma relação distante da realidade. Sim, racismo estrutural permeia as relações, e é isso que nós devemos criar como forma de um debate mais ampliado. Quando nós naturalizamos essa relação, que aqui se dá muito bem, uma relação de poder que só se beneficia dessas comunidades, que retira investimento – seja na educação, na saúde – vai fragmentando e retirando a possibilidade de ascensão desse povo. Olhem, se atentem a isso, que a população fique muito atenta a isso, retiram a possibilidade desse povo, a possibilidade da emancipação real, porque não investem os recursos, mas, quando necessitam buscar apoio, vão até as comunidades, chegam até as organizações, vão até os centros comunitários, falam com as lideranças e vendem solução para o caos que criam aqui dentro. Atentem-se, porque nós estamos aqui ... Não é demagogia, como tem uma vereadora sussurrando; demagogia é o que condicionam a esta relação; demagogia é quando vão a esses espaços e querem vender a solução para este caos que vocês criam. Nós estamos aqui dialogando dentro do espectro democrático em prol de uma relação mais objetiva que beneficie a população. Parece demagogo? Aqui eu finalizo: parece demagogia, mas é restituição histórica para um povo preto que sempre foi condicionado a situações extremamente vulneráveis por conta de prioridade de políticos, como estes que, certamente, vão votar contra. Eu quero atentar a população: atentem-se a isso, pois os mesmos que vão votar contra essa emenda - que é uma emenda para, minimamente, colocar em voga uma política responsável - são aqueles que depois vão bater nas suas portas para falar da solução. Não vamos aceitar, é responsabilidade na luta antirracista e não é só na fala, é na ação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 553, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por **14** votos **SIM** e **16** votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Mais uma vez falando sobre o óbvio, mais uma vez ocupando esta tribuna para falar desta cidade da qual eu escuto somente uma parcela, da cidade da fome. Agora falando da distribuição de cestas

básicas. Eu acho que uma boa parte dos vereadores, ou pelo menos esses que têm conexão com a cidade, ouve todos os dias, ou dentro dos seus gabinetes, ou a partir de acesso aos seus gabinetes, de famílias que passam fome na cidade e que não têm se encontrado com a Assistência Social.

(Aparte antirregimental do Ver. Mauro Pinheiro.)

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Olha, Ver. Mauro, se tu fizeres a tua parte hoje, quem sabe, esta Casa Legislativa possa fazer a sua parte.

Porque a fome assola toda a cidade e, infelizmente, uma parcela destes vereadores se omite; simplesmente finge que não vê. Mas é só sair aqui na esquina que a gente vê famílias inteiras na rua, porque não conseguem mais garantir a sua manutenção. E o Ver. Mauro, o qual aqui me deu uma cutucada, é dessa rede de supermercados e sabe, Ver. Mauro, que essa parcela da população tem vivido dias muito difíceis. Aquelas que vão lá no seu mercadinho E quando a gente fala dessa parcela, a gente fala também da parcela que está sem emprego. O senhor faz doação, mas o Estado precisa garantir a sua parte, o Executivo tem que garantir a sua parte, afinal de contas o combate à fome precisa ser uma política. E sim, nós elegemos um presidente da República comprometido com o combate à fome. E que bom que a Ver.^a Nádia comemora a eleição do presidente Lula, agora vai contribuir para a retirada daquela galera ali sem noção que está em frente ao quartel. E mais, vereadores da corneta: a bandeira do Brasil é nossa, eu uso verde e amarelo cotidianamente, afinal de contas é só olhar que o amarelo é parte da minha identidade visual.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Vereadora, vamos tentar manter o assunto da emenda.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Então garanta que os vereadores sejam respeitosos, Vereador-Presidente, porque a corneta aqui é algo... o vereador que não utiliza essa tribuna para defender. Então o verde e amarelo é parte da luta que nós vamos travar, de uma identidade do povo brasileiro, uma identidade de combate à fome. Combate à fome é fundamental para a gente ter um povo que consiga se levantar e olhar para frente, consiga ir para a escola, consiga falar. Todos os vereadores aqui sabem do que eu estou falando, e essa rubrica é irrisória, mas ela é fundamental para garantir essa expressão no orçamento. E eu defendo aqui, Ver. Schirmer, que já foi secretário e sabe do que eu estou falando, sabe que garantir a distribuição de cesta básica lá na comunidade, a partir do centro de referência, é fundamental. Mas infelizmente as nossas comunidades, infelizmente o nosso povo não tem conseguido acessar e essa política tem sido ineficiente, e tem fortalecido essa política de doação de cesta básica individual, de voto garantido. Eu não defendo essa política, eu defendo a política de manutenção do Estado, onde o Estado garante que o

povo tenha dignidade para se alimentar, onde o Estado garante que o povo consiga levantar de manhã, sair para a luta, para trabalhar, para levar as crianças na escola. É ridículo ter que vir aqui falar sobre uma emenda que é tão importante. Deveria ser algo natural, deveria vir garantido dentro do orçamento do Executivo, mas infelizmente se levantar todo tempo e vir aqui defender emendas tão básicas é algo que a gente tem que fazer no cotidiano. Mais uma vez o óbvio sendo dito.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Eu acho que nós não deveríamos nem estar fazendo, a essa altura do campeonato, um debate desse tipo, porque a proposta da Ver.^a Bruna é destinar apenas R\$ 250 mil para a continuidade de uma política que, neste ano, em Porto Alegre, teve um declínio inexplicável. Não tem explicação estarmos, neste momento, liderando o *ranking* das capitais do sul do Brasil em que cresce a desigualdade social, com mais de 200 mil pessoas em Porto Alegre vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, e ter diminuído a destinação de cestas básicas da Prefeitura para essas famílias. Foi o que aconteceu: diminuiu neste ano. Nós temos uma política sendo aplicada, a do cartão social, que é reivindicada inclusive, Ver.^a Daiana, pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores da assistência social, porque não é a função deles ficar entregando cesta básica. O cartão poderia ser um instrumento para facilitar o atendimento dessas famílias, no entanto a Prefeitura utiliza o cartão para diminuir a margem das famílias que são atendidas. Por outro lado, nós temos outros programas, como o Mesa Brasil, que atendem algumas famílias da nossa cidade – nós estamos falando de cerca de nove mil –, mas é uma política insuficiente, o que me leva a crer que para alguns segmentos políticos vale mais ficar administrando a fome e a pobreza do que ter políticas estruturais para resolver essa situação. O que nós estamos propondo aqui neste momento é a gente avançar um pouco, algumas casas além do que já foi feito para não ter, no ano de 2023, situações como o que nós estamos vivenciando ao longo deste ano. É inadmissível o que acontece na cidade de Porto Alegre. Foram várias as tentativas por parte desses vereadores que defendem esta emenda hoje para que a gente avance. Em alguns momentos houve até diálogo com a Prefeitura, lembro de ter feito reunião, junto com o Ver. Pedro Ruas e com outras vereadoras da Câmara desta cidade, para que a gente avançasse; lembro de ter já discutido com instituições do Judiciário, com Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; nós poderíamos estar diante de um esforço combinado de diferentes segmentos, legislativos municipal e estadual, do Judiciário, com organizações da sociedade civil, mas nem isso, quando acontece, tem o respaldo da Prefeitura. Nós vivemos, no passado, uma situação inadmissível, quando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, reconhecido em nível nacional por lutar por política de habitação, faz uma cozinha

solidária num terreno da União, sem função social, e a Prefeitura não contribui para a continuidade daquela política, e, até hoje, não conseguiu repor as marmitas que eram servidas diariamente com políticas do Município. Então combate a sociedade civil quando tem ações e não repõe as medidas justas nas comunidades de Porto Alegre. Por isso, gente, nós estamos diante aqui, público que nos assiste, vereadoras e vereadores, de algo que seria um avanço mínimo nessa discussão. Não estamos propondo inverter milhões de reais de um lado, até poderíamos, talvez deveríamos inclusive, seria uma medida justa por parte desta oposição. Agora, o avanço, neste momento, é pequeno, e não há explicação para as vereadoras e vereadores desta Casa negarem uma emenda de R\$ 250 mil para combater a fome e a pobreza em Porto Alegre! Por que isso?! Depois, é orgulho do prefeito falar do superávit do dinheiro que está no caixa enquanto o combate à fome não tem um avanço tão pequeno. Nós já estamos diante de uma situação inadmissível para a cidade de Porto Alegre, que é ter a diminuição de cestas básicas e do atendimento das famílias que passam fome. E agora vocês querem negar uma Emenda tão simples e tão possível no orçamento Municipal? Não tem explicação para isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 554, destacada, ao PLE n° 030/22.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Colegas vereadores, estou novamente aqui para falar sobre a Emenda n° 554, da Ver.^a Bruna, que fala sobre aquisição de cestas básicas. Acho que é importante a gente trazer o que está sendo feito pelo Executivo. Antes da pandemia, eram entregues mil cestas; com a pandemia, o governo passou a entregar, através dos CRAS, 10 mil cestas básicas. Então, a prefeitura está trabalhando no combate à fome, está trabalhando para melhorar. E, agora, há pouco tempo, foram criado os *vouchers*, que têm um maior controle, que a gente sabe que realmente aqueles que precisam de alimentação vão comprar comida, porque o valor destinado de R\$ 200 é extremamente para isso, tanto que tem itens que não podem ser consumidos através desse *voucher*. Então, hoje, aquelas 10 mil cestas de R\$ 138,00 custavam R\$ 1.380 milhão; hoje nós estamos entregando mil cestas e mais 5 mil *vouchers* de R\$ 200,00 que passa de R\$ 1.380 milhão, ou seja, nós estamos trabalhando políticas públicas voltadas ao combate da fome. Então não tem porque nós aprovamos essa emenda, porque isso já faz parte do plano de governo do prefeito Melo. Quem quiser fazer destinação exclusiva, que faça através das impositivas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22, pela oposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia vereadores, para dialogar com os dados que a Ver.^a Claudia trouxe; um *voucher* de R\$ 200,00 frente à cesta básica mais cara do Brasil, que é de R\$ 768,00; a gente sabe que uma cesta básica, muitas vezes, não dura uma semana para uma família, Ver.^a Claudia; dez mil cestas básicas entregues, sendo que a gente tem mais ou menos 60 mil pessoas cadastradas no CadÚnico, que são pessoas que estão em situação de pobreza. Ou seja, estão fazendo, reconheço, mas o que a gente está debatendo aqui é que é insuficiente – insuficiente –, ou seja, tem um problema na cidade de Porto Alegre que não está sendo enfrentado, e não é de agora, esse é um legado, infelizmente, o Brasil, com a pandemia, com a crise, voltou ao mapa da fome, e a gente precisa ter política pública nesse sentido. Eu também entendo que, a médio prazo, é desenvolver política de emprego para que as pessoas tenham autonomia e não precisem depender daqueles insumos ruins, de marcas muitas vezes duvidosas, que são colocadas dentro das cestas básicas, mas as pessoas têm que se submeter a isso. Mas qual a política de emprego que a cidade vem promovendo? O que eu vejo é política de desemprego em massa; tira o cobrador, põe a maquininha; tira o guardador de veículo e põe o parquímetro. Na pandemia, aqui, quase aprovamos um projeto para não colocar mais a obrigatoriedade dos empacotadores; em centros urbanos, como Porto Alegre, são basicamente os serviços precários que empregam massivamente o nosso povo que necessita de cesta básica, ou seja, vocês tiram o emprego de um lado e garantem políticas miseráveis. A pobreza e a fome são um capital político muito interessante, que vêm sendo muito explorado pela filantropia, pelos grandes grupos multinacionais e pelos governos. Então, se a gente quer ter um debate sério em relação à erradicação da fome e acabar com essa política de curral eleitoral, eu questiono os vereadores: o que está sendo promovido no sentido de, minimamente, distribuir o que o Brasil produz? O Brasil, Comandante Nádia, que fala muito no plenário e nos bastidores, mas não sobe à tribuna para debater, é o terceiro maior produtor de carne do mundo, e o nosso povo está catando osso no lixo! O Brasil é o terceiro maior produtor, depois dos Estados Unidos e da China, Comandante Nádia, atrás dos Estados Unidos e China, de milho e feijão, e o nosso povo não está conseguindo acessar o milho e feijão. Ou seja, a gente tem um modelo de produção do agronegócio, baseado no latifúndio para exportar, e a gente não distribui nem aquilo que o Brasil é especialista em produzir, enquanto colônia que é, desde que os portugueses aqui chegaram. Então são essas discrepâncias que a gente está discutindo; produzimos energia elétrica para caramba e temos a segunda conta de energia mais cara; nós temos o Pré-Sal, e a gasolina chega a quase R\$ 7,00. É um modelo de dependência e subdesenvolvimento que gera todos esses problemas sociais que a gente vem discutindo aqui nesta manhã. Quer enfrentar esses problemas? Tem que enfrentar o latifúndio, tem que enfrentar a lógica do agronegócio, tem que acabar com a Lei Kandir, tem várias discussões que a gente poderia estar fazendo – discussões sérias, Ver. Jessé. Discutir 10

mil cestas básicas, para 50 mil com recurso que vai vir da emenda, isso não resolve o problema de uma forma estrutural, e nem isso a gente está conseguindo avançar no Orçamento. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22, pelo governo.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para esclarecer a fala da Ver.^a Karen, com relação a 60 mil pessoas que precisam deste CadÚnico, que precisam desse recurso, essas mesmas pessoas recebem emergencial ou o Bolsa Família. Então a cesta básica é complementar, infelizmente, Ver.^a Karen. Gostaríamos que nós pudéssemos destinar o valor integral para alimentação de todas as pessoas. Mas a senhora sabe, assim como eu, que isso é inviável de acontecer. Então nós estamos fazendo o possível e o impossível para atender o maior número de famílias, tanto que a cesta básica era de R\$ 138,00 e hoje o valor é de R\$ 200,00 aumentou o valor para atender ainda mais a população que mais precisa. Então, só para deixar claro, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Ao longo do ano de 2021 e também agora em 2022, nós temos recebido inúmeras solicitações de pedidos, isso é triste de relatar aqui, pedidos de auxílio para alimentação. Aí nós encaminhamos, muitas vezes, para que seja feito o atendimento através do CRAS, só que nós temos um outro problema que vem muito ao encontro daquilo que foi dito aqui por uma vereadora que me antecedeu, que talvez não tenha se atentado a isso. Nós temos a retirada dos cadastrados e das cadastradas que não conseguiram sequer fazer o cadastro para o acesso ao CadÚnico. A gente tem todo um processo dessa precarização que impacta no recebimento da alimentação, e também me somo a quem fez aqui a defesa, de forma muito lúcida, de que, mesmo que sejam 20 mil cestas ao invés de 10 mil, nós ainda temos uma distância gigantesca da necessidade para aquilo que está sendo ofertado. Ora, aqui nós não estamos pedindo nenhum tipo de auxílio que não seja dentro da realidade e, para a vereadora que falou “então, repassem as emendas”, eu digo “eu repassei”. Eu repassei, porém, se a senhora quer se manifestar, pode subir à tribuna.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Isso... Pode, mas é porque, em todos os momentos, e peço que o Presidente esta Casa olhe para isso, em todos os momentos nos quais a gente sobe à tribuna, é interrompida ou interpelada. Ou sobe e se manifesta, ou respeita quem está falando. Tenha um mínimo de respeito, tenha um mínimo de respeito com este espaço, com este debate, com esta Casa e principalmente comigo, enquanto vereadora! Eu não vou aceitar esse tipo de comportamento, porque isso é vexatório, isso é vergonhoso, isso inclusive demonstra bem qual é a prioridade daquilo que vocês têm feito aqui dentro. Se nós estamos debatendo aqui a erradicação da fome, nós estamos dentro do espectro e que a ONU inclusive debate isso. Para a senhora, se não sabe, eu faço questão de ressaltar. Esta é parte de um, escute bem, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que fala da erradicação da pobreza e da fome; nem para isso aqui serve este debate. Não tem respeito e responsabilidade com a população, e fica o tempo todo atravessando, pois tenha um mínimo de decência e não venha questionar aquilo que é nosso posicionamento, porque sabemos muito bem qual é a realidade do trabalhador que está precarizado na ponta, do aumento da fome, de toda essa desestrutura, de uma conjuntura que só desfavoreceu a população negra mais pobre das comunidades que até agora não conseguiu receber um centavo por conta desta, que é uma organização que não prioriza a população. Nós não conseguimos passar nenhuma emenda, nenhuma, e não é para mim, eu não estou falando de benefício próprio ou para um núcleo muito bem organizado como certos aqui condicionam o seu posicionamento, eu estou falando da população de Porto Alegre, que passa fome, não consegue acessar o mínimo da assistência social porque não tem cadastrador, porque foi retirado, precarizado com essa organização, novamente eu digo, que é sistemática, estruturada. É isso, eu sei muito bem qual é o meu papel e a responsabilidade que eu tenho enquanto vereadora. E vou debater isso, como este parlamento merece, e não me colocando nesse mesmo nível, que sequer compreende a necessidade, porque se entendesse, vereadora, estaria aqui debatendo e priorizando e não questionando com deboche, que é práxis da sua atuação, aquilo que em definitivo nós estamos pautando para a erradicação da fome e da miséria neste Município. É assim que nós vamos tratar a partir de agora, não aceitarei deboche, não aceitarei ser silenciada e muito menos sem interpelada enquanto falo.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 554, destacada, ao PLE n° 030/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, vereadores; eu não tenho problema nenhum de os vereadores ficarem falando aqui. Aqui não tem medo de nada, até porque quando nós temos essa plateia lotada, e as pessoas ficam gritando e falando, não tem problema, isso é só para quem tem coragem, aliás, a Ver.^a Daiana se mostrou como ela é: raivosa, gabinete do ódio, uma pessoa que, infelizmente,

não mostra para que veio. Nós estamos falando aqui sobre fome. A fome que realmente é real. E sabe por que é real? É real por causa do “fecha tudo”. A verdadeira oposição, que aqui subiu outrora dizendo “fecha tudo”, não vai ter comércio, não vai ter loja, é tudo fechado, fez com que as pessoas perdessem os seus empregos. Fala sério, gente. Vamos falar sério, pessoas a favor “fecha tudo”, pessoas que sobem nesta tribuna e são contrários aos empreendedores para dizer que tem que empreender, dinheiro não cai da árvore. Se tiver um empreendedor que dê trabalho para pessoa ter renda, a pessoa vai ter dinheiro para levar comida para dentro de casa. A oposição fala mal de empreendedorismo, fala mal dos empreendedores porque são terríveis, isso e aquilo, mas vão tirar o trabalho de onde? Parabéns aos empreendedores que, mesmo com o grito desses gabinetes do ódio, ainda vencem e estão colocando emprego para as pessoas terem dinheiro e ter comida dentro de casa. Aliás, se o ex-presidente Lula, ex-ladrão, não tivesse roubado tanto, teria dinheiro para fome. A emenda é esta, emenda quer dinheiro, mas nós estamos dizendo que tudo é uma correlação, Ver. Oliboni, o senhor que é tão inteligente sabe que para matar a fome as pessoas precisam ter emprego, para ter emprego as pessoas precisam ser qualificadas, para isso precisa ter a profissão, para isso precisa não depender do governo. Nós precisamos ir além, as pessoas de Porto Alegre querem ter protagonismo, chega dessa gente aqui da esquerda, da oposição, querer dar tudo de mão beijada. Hoje, se nós temos o cartão para as pessoas poderem comprar no bar, no supermercado, na vendinha, isso é protagonismo, isso independência. Não saem, mulheres e homens, com sacolas pesadas e muitas vezes com aquilo que eles não querem comprar, com feijão que eles não gostam, com arroz que eles não gostam. Olha só, a bancada do atraso gosta de fazer as pessoas ficarem beijando na mão para ganhar voto, mas o povo está acordando, chega de curral eleitoral, aqui estamos falando de gente que vai para frente. Aqui tem o pessoalzinho do faz o L que, daqui a pouco, vai ter picanha, cerveja. Está vindo uma *fake news* aí porque era picanha agora é bife de soja, eu quero a minha picanha. Vamos matar a fome ajudando, e não aqui com demagogia; demagogia barata, eleitoreira, politiqueira, que não cabe nesse parlamento. É não, obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 554, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 555, destacada, ao PLE nº 030/22. (Pausa.) A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Eu tenho toda a disposição, fui eleita para usar a tribuna e defender o povo, estou aqui com toda a disposição, com muita energia. Venho a esta tribuna defender mais uma emenda que deveria ser algo consensual dentro de um Parlamento que tenha conhecimento do povo

que representa. Mas como não é, e o óbvio precisa ser dito, eu tenho total tranquilidade porque a fome a gente administra, quem já passa fome sabe que ela é muito... a gente sempre se leva ao extremo, quem não passou não sabe o que é, por isso está reclamando e está agitado. Eu já passei muita fome nesta vida e administrar, em defesa do povo, é muito tranquilo. Então eu venho defender aqui, mais uma vez, uma emenda que fala sobre a situação de vulnerabilidade das mulheres. Já foi dito aqui que nós temos a maior bancada feminina da história de Porto Alegre, mas sempre disse a minha camarada Jussara Cony: “Não basta ser mulher, precisa estar do lado certo da luta, precisa defender a pauta das mulheres”. E tem muita mulher aqui que não tem comprometimento com a vida das mulheres, tem muita mulher aqui que tem comprometimento com o projeto político que ceifa a vida das mulheres. E é por isso que eu tenho muita tranquilidade de defender essas emendas porque eu entendo a importância de ter recurso no orçamento que fale da vida e da vulnerabilidade das mulheres, mulheres que, como eu, vivem o cotidiano das nossas comunidades, mas que não vivem aí esse subterfúgio da política de quem não vive o cotidiano do povo e sobe aqui para enganar. Eu estou subindo aqui para falar de um povo que está vulnerabilizado, que vive a fome e que vive dias muito difíceis. Eu não sei se todos os gabinetes recebem denúncias, todos os dias, das mulheres em situação de violência. No ano passado, nós incluímos uma emenda que falava da ampliação da abrigagem de mulheres com crianças, que Porto Alegre não entendeu. Não entendeu, ou não quis entender, ou não pactua com projeto da vida das nossas mulheres, mas que, mais uma vez, rechaça do orçamento a importância da manutenção da vida das mulheres em situação de vulnerabilidade. É muito tranquilo olhar para determinar rostos porque eu tenho certeza de que o povo está vendo. Eu me comprometo na divulgação. Nós tivemos aqui emendas que tratam de creche nas comunidades, nós tivemos aqui emendas que falam da distribuição de cesta básica, não tivemos emendas aqui que falam da diversidade, e que é tudo com o que esta Casa Legislativa não se comprometeu. Parte do nosso compromisso também é publicizar essa falta de compromisso, porque eu estou no cotidiano das minhas comunidades e das comunidades da quais faço parte. Faço muito debate político, falo muito com as nossas mulheres que não são mais enganadas por essa política baixa, fazendo discurso de empreendedorismo, mas romantizam criança na sinaleira, romantizam criança fora da escola, romantizam a fome da mulherada. Se tem uma coisa que eu conheço é trabalho, é trabalho duro da mulherada que vive o cotidiano das nossas comunidades e que não têm acesso a emprego. E eu não sei se todos sabem que quem ficou dentro de casa cuidando das crianças não foram os homens, foram as mulheres, é muito fácil fazer um discurso político até onde pode, quando não conhecem a realidade, quando não conhecem o cotidiano. Por isso, a fatura chegará.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 555, destacada, ao PLE nº 030/22.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, há uma frase célebre da história do Império Romano: “Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?” Eu estava calado e continuaria calado, mas até a minha paciência, que é quase ilimitada, chegou ao fim. Fizemos aqui um desfile notável - desculpem a expressão, não é o meu estilo – de demagogia pura e simples. Estamos falando para a TVCâmara, então, Presidente, quero anunciar que para todas as emendas, daqui para a frente, mesmo na hora do jogo, eu estarei presente e quero denunciar a irresponsabilidade técnica ou a demagogia política. Vejam V. Exas., a oposição governou o Brasil durante 16 anos, governou o Rio Grande durante oito anos, governou Porto Alegre por 16 anos e não resolveu o problema da fome. Agora, querem que o Melo resolva um problema, que não resolverem, em dois anos. Isso é demagogia, isso é escancarada demagogia, por isso que a minha paciência esgotou. Agora, eu vou denunciar todas estas emendas e cada uma delas a começar dizendo qual é o espírito do prefeito Melo neste Orçamento. Primeiro - e eu fui secretário da área que cuidava do orçamento - é o equilíbrio fiscal, isso é elementar. Para as mulheres que estão aqui, vou dizer, é a política da dona de casa: só gasta o que tem; não tem milagre. Se o casal ganha R\$ 2 mil, não pode gastar R\$ 5mil. Então, isso é o princípio: o equilíbrio fiscal, um orçamento exequível, verdadeiro, que não vai resolver todos os problemas, porque nenhum governo resolve todos os problemas, mas vai encaminhar a solução de muitos problemas. E é assim que o prefeito Melo está fazendo.

Quero desafiar a oposição: vamos comparar os investimentos do prefeito Melo, em dois anos, com os investidos pelo governo da oposição nos 16 anos passados. Eu faço esse desafio! Porque essa é uma discussão verdadeira e séria! Não é uma emenda de R\$ 200 mil que vai mudar, ou R\$ 30 mil que vai mudar essa realidade. Eu nem quero discutir essas emendas, Sr. Presidente e senhores vereadores, mas olhem aqui, não quero nem citar o autor, porque não é meu propósito. “Implantação de escadaria na unidade básica: R\$ 30 mil.” Num Orçamento de R\$ 10 bilhões, há uma emenda para implantar uma escadaria, não sei onde, de R\$ 30 mil? Faça um ofício ao prefeito. Está lá no orçamento da Secretaria de Saúde: “recursos para resolver os problemas das unidades básicas de saúde”. Agora, colocar isso no Orçamento? Tirar não sei de onde, botar aqui e acolá? Isso é para pegar o ofício da emenda e ir lá no lugar esse, que eu não sei qual é, e dizer: “Olha aqui, eu arrumei o dinheiro para resolver a escadaria em troca de voto.” É essa a demagogia que eu tenho que denunciar!

Tem uma outra emenda aqui: “...tira R\$ 1 milhão do serviço de poda e supressão vegetal e passa para a manutenção de praças.” Presidente, aqui na Casa, uma árvore caiu em cima de um carro; aqui na Redenção, uma árvore caiu em cima de uma pessoa. É esse o dinheiro para o serviço de poda da Prefeitura, porque isso é uma necessidade, diz respeito à qualidade de vida dos cidadãos desta cidade. Aí, tira de lá e

bota nas praças, aí vai mostrar: “Eu estou preocupado com as praças de Porto Alegre.” Isso é demagogia escancarada Sr. Presidente.

E a outra questão que quero falar aqui, ouvi discursos aqui de preocupação com área social. Bom, certamente, se não fosse a roubalheira de alguns anos atrás no plano federal, teríamos dinheiro de sobra para resolver os problemas deste País. Mas quero falar do eixo social, que é preocupação da oposição que está aqui, por quem tenho o máximo respeito: essa também é uma preocupação minha! Este é um país desigual, tem sido desigual, historicamente desigual, e foi desigual nos governos federais do partido que vem aqui dizer que o Melo tem que resolver em dois anos os problemas que eles não resolveram. Pois bem, este orçamento tem mais 10% para a área social em relação ao passado – 10% a mais para a área social! –, 10% a mais para o eixo de serviços públicos, que são essenciais à população e melhoram a qualidade de vida. À educação, neste ano, tem previsão de 27,7%, 2,7% a mais do que a obrigação constitucional; assim também a saúde, 2,2% a mais do que o previsto estabelecido pela Constituição Federal, 17,2%. Não está no orçamento, mas é uma área que eu conheço: o prefeito Melo, preocupado, sim, com a área social, fez dois financiamentos internacionais que foram aprovados por esta Casa – um deles, o outro virá logo – de R\$ 2 bilhões a juros de 1% ao ano, com carência de mais de 5 anos, para onde, Sr. Presidente? O maior desses financiamentos é para a área social, para a saúde, para a educação, para a assistência social e para minorar os problemas do povo de Porto Alegre, do povo sofrido. Não da demagogia de alguns que vêm aqui falar em nome da fome do povo, mas nas suas emendas impositivas não deram um tostão para resolver o problema da fome da população.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Oliboni está reclamando do tempo, e com razão.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Vou concluir. Tenho o maior respeito pelo Ver. Oliboni, respeito, carinho e admiração pelo esforço que ele faz em atacar um governo preocupado com as questões sociais em dois anos, o que outros governos, em 16 anos, não se preocuparam. Também para a participação popular, tão cara para algumas pessoas aqui dentro, deixaram um saldo negativo de milhões do não cumprimento do Orçamento Participativo. O prefeito Melo aumentou em 50% os recursos do Orçamento Participativo. E mais, as emendas impositivas desta Casa totalizam R\$ 51 milhões; eu não sou de meter o bico no que é alheio, mas vou mostrar uma próxima reunião onde é que foram colocadas as emendas impositivas da demagogia que está sendo feita aqui nesta Casa!

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cezar Schirmer prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para encaminhar a votação da Emenda nº 555, destacada, ao PLE nº 030/22, pelo governo.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Obrigado, Excelência. R\$ 51.552.000 de emendas que cada vereador poderia arbitrar, colocar aqui ou acolá, como quisesse, à sua vontade, sem tirar de nada, eram recursos livres que poderiam ser colocados no combate à fome, no combate ao racismo, no combate às questões de preocupação social que foram aqui colocadas e com as quais eu compartilho, mas onde colocaram muitas dessas emendas? Eu vou mostrar na próxima reunião, pena que eu não sabia que se discutia assim o orçamento nesta Casa. Vou trazer aqui, sem citar nomes, a demagogia de algumas dessas emendas, emendas eleitoreiras, emendas com interesse específico de arrumar alguns votos a mais, emendas para mostrar lá nas comunidades: “Olha, eu apresentei uma emenda para atender o teu interesse”. É isso, Sr. Presidente! Desculpe eu dizer que a minha paciência esgotou, porque aqui somos todos iguais, mas eu fico imaginando um cidadão, que gostaria de acompanhar o que acontece no parlamento gaúcho, ouvir o que foi dito aqui, neste País, que é o paraíso do desperdício e da corrupção! Quantos bilhões foram, ao longo do tempo, Ver. Oliboni, no plano federal, jogados na lata do lixo da corrupção e do desperdício? Quantos bilhões poderiam ter resolvido o problema da fome? Para a fome é o Bolsa Família, que é de R\$ 50,00, R\$ 100,00. Essa é a realidade deste País! Está na hora de enfrentar os problemas sociais com a seriedade que eles merecem, olhando o que acontece em cada casa miserável desta cidade ou deste País onde falta saúde, onde falta educação, onde falta segurança, porque as nossas vilas – ou as vilas de qualquer lugar do Brasil – estão tomadas por tráfico de drogas. Sim, é verdade e eu afirmo isso: tomadas! As mulheres e os homens de bem, as famílias de bem das nossas vilas estão na mão da droga; as escolas também, algumas delas; os postos de saúde têm que pedir licença ao traficante. Essa é a realidade de Porto Alegre e essa realidade do Brasil, e nós aqui discutindo R\$ 20 mil aqui, R\$ 30 mil lá, R\$ 100 mil aqui, e vamos resolver os problemas de Porto Alegre e do País. O governo do Melo é um governo sério! É um governo digno! É um governo honrado! É um governo que tem preocupação, sim, em desenvolvimento econômico, porque é o emprego que muda a vida das pessoas, não é a esmola ou o benefício eventual e passageiro. O governo Melo é preocupado, sim, com o desenvolvimento econômico, com a geração de empregos, que no programa de microcrédito deixou no zero para dar dignidade às pessoas, para permitir que elas, por um ato próprio, se ergam e sejam cidadãos! Combate à fome, sim, ameniza a fome, mas não resolve o problema! Temos que enfrentar uma estrutura desigual, e só é possível gerando emprego, desenvolvimento, prosperidade, riqueza e reparti-la adequadamente. O governo Melo é um grande governo, um governo sério, digno, respeitável, honesto e preocupado essencialmente com a sociedade pobre de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Esgotado o prazo regimental da presente sessão. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão. Convoco as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para a 017ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 13h52min.)

* * * * *